TAÍSA PERES DE OLIVEIRA

A MANIFESTAÇÃO DA POLIDEZ NAS ORAÇÕES CONDICIONAIS DO PORTUGUÊS DO BRASIL

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP
2004

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

1910002054

TAÍSA PERES DE OLIVEIRA

A MANIFESTAÇÃO DA POLIDEZ NAS ORAÇÕES CONDICIONAIS DO PORTUGUÊS DO BRASIL

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

2004

TAÍSA PERES DE OLIVEIRA

A MANIFESTAÇÃO DA POLIDEZ NAS CONDICIONAIS DO PORTUGUÊS DO BRASIL

T. 2054/10

Inst. de Biociências, Letras e Ciências Exatas UNESP São José do Rio Preto

BIBLIOTECA

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Campus de São José do Rio Preto, para obtenção do título de Mestre em Estudos Lingüísticos (Área de concentração: Análise Lingüística).

Orientadora: Profa. Dra. Marize Mattos Dall'Aglio-Hattnher.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

2004

t41
048m
11/05/2010
DOAÇÃO
AUTOR(A)

Defendida em 2004
Recebida na Biblioteca
em 2010, sem CD/autorização
10/08/10

Peres de Oliveira, Taísa.
A manifestação da polidez nas orações condicionais do português do Brasil. / Taísa Peres de Oliveira – São José do Rio Preto : [s.n.], 2004
135 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Marize Mattos Dall'Aglio-Hattnher
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Funcionalismo (Lingüística) 2. Condicionais. 3. Polidez. I. Dall'Aglio-Hattnher, Marize Mattos. II. Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. III. Título.

CDU - 81'276.16(81)

BANCA EXAMINADORA

Titulares

Profa. Dra. Marize Mattos Dall'Aglio Hattnher – Orientadora

Profa. Dra. Maria Beatriz do Nascimento Decat

Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves

Suplentes

Profa. Dra. Vânia Casseb-Galvão

Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho

AGRADECIMENTOS

À *Marize*,
pela orientação.

Aos professores *Sebastião Carlos* e *Roberto G. Camacho*,
pelas várias sugestões que enriqueceram meu trabalho.

Aos professores e colegas do Grupo de Estudos de Gramática Funcional,
em especial aos amigos *Edson* e *Fábio*. Juntos compartilhamos mais que idéias.

Aos velhos e novos amigos.

À *Flávia* e ao *Oto*,
pela amizade e incentivo tão importantes nos momentos...

A minha família,
início de tudo.

À *Rebeca*,
que, embora tão pequena, soube entender minha ausência.

À CAPES,
pelo apoio financeiro.

unesp

The human personality is a sacred thing; one dare not violate it nor infringe its bounds, while at the same time the greatest good is in communion with others. (Durkheim, 1915, p. 299)

SUMÁRIO

Lista de quadros, figuras, tabelas e gráficos 9

Resumo 10

Abstract 11

Introdução 12

Capítulo 1 – A teoria da Gramática Funcional 15

1.1. O funcionalismo de Simon C. Dik: um modelo de descrição lingüística . 116

Capítulo 2 – As condicionais: forma e função 31

Capítulo 3 – A concepção lingüística de polidez 48

3.1. Polidez como uma máxima conversacional 49

3.2. Polidez como um contrato conversacional 54

3.3. Polidez como ato de preservação da face 55

Capítulo 4 – As estratégias de polidez atualizadas pelas condicionais 64

4.1. Apresentação do problema 64

4.2. Apresentação da metodologia 66

4.3. Análise dos dados 69

4.3.1. As estratégias de polidez 1 70

4.3.1.1. A correlação-modo temporal 78

4.3.1.2. Presença de modalização 82

4.3.1.3. Grau de hipoteticidade 85

4.3.1.4. Posição da condicional 86

4.3.1.5. Tipos de satélite 89
4.3.2. As estratégias de polidez 2 91
4.3.2.1. A correlação modo-temporal 95
4.3.2.2. Presença de modalização 98
4.3.2.3. Grau de hipoteticidade 100
4.3.2.4. Posição da condicional 101
4.3.2.5. Tipos de satélite 104
4.3.3. As estratégias de polidez 1 e as estratégias de polidez 2: semelhanças e diferenças 105

Capítulo 5 – Atenuação, preservação da face e polidez 117

Considerações finais 125

Referências bibliográficas 130

LISTA DE QUADROS, FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS

Figura 1 - Modelo de interação verbal 19

Figura 2 – Conhecimento mútuo do falante e ouvinte 21

Quadro 1 26

Tabela 1 – As correlações modo-temporais nas estratégias de polidez 1 79

Tabela 2 – Posição da condicional nas estratégias de polidez 1 87

Tabela 3 – As correlações modo-temporais nas estratégias de polidez 2 96

Tabela 4 – Posição da condicional nas estratégias de polidez 2 102

Gráfico 1 – Posição da condicional 108

RESUMO

O grau de hipoteticidade das orações condicionais permite seu uso com uma pluralidade de funções. Nesse sentido, o objetivo central deste trabalho é descrever e analisar as estratégias de polidez atualizadas pelas orações condicionais no português oral brasileiro, segundo uma orientação funcionalista de estudo da linguagem, considerando, essencialmente, o modelo proposto por Dik (1989, 1997) e Hengeveld (1992, 2000). Tendo em vista a concepção de estratégias de polidez apresentada por Brown e Levinson (1987), selecionamos, no banco de dados do Projeto NURC/Brasil, todas as construções condicionais usadas na preservação da face dos interactantes. Considerando as diferenças apresentadas pelas condicionais que formam o córpus, propomos analisá-las separadamente em dois grupos, a fim de saber se elas são subtipos de um mesmo fenômeno, ou se constituem estratégias comunicativas diferentes. No primeiro contexto de uso, a condicional é utilizada para atenuar a força ilocucionária de um ato considerado impositivo para o ouvinte, como pedidos, sugestões, etc. Em um outro contexto, o falante faz uso da condicional para se descomprometer com a verdade do conteúdo da proposição enunciada. Neste trabalho, propomos que os dois tipos de condicional são utilizados pelo falante para reduzir possíveis efeitos indesejados do enunciado, afastando a possibilidade de conflito entre as faces envolvidas na interação. A fim de promover a distinção entre esses tipos de condicionais, analisamos os aspectos formais dessas construções, tais como a posição, presença de modalização, correlação modo-temporal, grau de hipoteticidade e tipo de satélite. Os resultados da análise demonstram que a diferença no modo de atuação da condicional se reflete no uso diferenciado das propriedades formais características desse tipo oracional. Assim, as condicionais apresentam diferenças quanto à correlação modo-temporal selecionada para figurar na construção, quanto à sua atuação nas camadas da oração, bem como no que diz respeito à posição da condicional em relação à oração núcleo. Sobre o grau de hipoteticidade e presença de modalização, o comportamento dos dois tipos de condicional é bastante semelhante. Além de elucidar o comportamento das condicionais realizadas como estratégias de polidez, a análise dos dados evidenciou a estreita relação entre polidez e atenuação – comumente entendidas como um mesmo fenômeno – mostrando que a atenuação constitui, na verdade, um dos mecanismos pelos quais é possível proceder à preservação da face, expressando polidez.

unesp

ABSTRACT

The conditional clause plays different roles within the conversation. In this sense, this study aims at describing and analyzing the politeness strategies performed by the if-clause in Brazilian spoken Portuguese, within the framework of the Functional Grammar, as proposed by Dik (1989, 1997) and Hengeveld (1992, 2000). Taking into account the definition of politeness strategy developed by Brown e Levinson (1987), we selected from the Brazil Project NURC database, all the constructions used to protect the interactants' face. Considering the differences presented by the conditionals, we propose to analyze them in two groups, in order to find out whether they are different strategies or different kinds of the same phenomenon. In the first context, the conditional is used to mitigate the illocutionary force of a threatening act, such as suggestions, requests, etc. In another context of usage, the conditional mitigates the truth content of the nucleus clause. In this thesis, we propose that the two types of conditional are used to mitigate certain effects reducing friction in interaction. In order to establish a distinction between the used types if-clause, we analyzed the formal aspects of such constructions as the position of the protasis regarding the apodosis, the presence of modalization, tense and mood of the construction, the hipotheticality degree and the type of satellite. The results show that the difference in the conditional functioning reflects on the differentiated way the construction is structured. Thus, the politeness conditionals present significant variation concerning the tense and mood, position and distribution on the layers. On the hipoteticity degree and presence of modalization, the two kinds of politeness conditionals have similar behavior. Furthermore, the analysis shows that the mitigation plays an essential role on the expression of politeness, being one of the devices of face protection.

INTRODUÇÃO

O objetivo central deste trabalho é estudar as orações condicionais realizadas como estratégias de polidez no português oral do Brasil, tendo em vista, principalmente, a Teoria da Gramática Funcional, nos termos de Dik (1989, 1997) e Hengeveld (1992, 2000).

No paradigma funcional, as orações condicionais são descritas sob diferentes pontos de vista, mas sempre tendo como enfoque o seu uso. No que diz respeito ao português, os trabalhos realizados sobre as orações condicionais (cf. GRYNER, 1995; FERREIRA, 1997; DECAT, 1999; HIRATA, 1999; NEVES, 1999) abordam questões como a relação lógico-semântica entre prótase e apódose, a ordem em que as orações aparecem, as funções pragmáticas por elas desempenhadas, os tempos e os modos verbais nelas codificados, entre outras.

Há, entretanto, um aspecto ainda não contemplado em relação às construções condicionais no português, que diz respeito às estratégias comunicativas que essas construções desempenham no evento de fala. Em um estudo sobre as condicionais no inglês, Ford (1997) afirma que o grau de hipoteticidade expresso por essas construções possibilita seu uso com diferentes funções. Baseada na proposta de Brown e Levinson (1987), que definem polidez

unesp

como o ato de preservação da face, Ford (1997) acredita que entre esses possíveis usos está a expressão de polidez[1].

Para essa autora, o grau de hipoteticidade manifesto pelas orações condicionais possibilita a expressão de opcionalidade/alternatividade, o que permite ao falante diminuir os efeitos de sentido acarretados pelo seu enunciado, evitando o conflito entre as faces dos interactantes.

Entendendo a polidez como a atividade de preservação da face, analisamos as orações condicionais que desempenham tal função, a fim de elucidar seu comportamento no português oral do Brasil. Para tanto, consideramos, além da função comunicativa das orações condicionais, os seus aspectos formais.

Primeiramente, fizemos um esboço da teoria utilizada para analisar e descrever as estratégias atualizadas pelas orações condicionais. Nessa parte do trabalho, discutimos a Teoria da Gramática Funcional, definimos as orações condicionais quanto a sua forma e função e expusemos a teoria sobre o estudo da polidez na lingüística. Em seguida, caracterizamos a metodologia que conduz este trabalho: apresentamos as informações necessárias sobre o córpus e estabelecemos os grupos de fatores considerados na análise das condicionais. Por fim, seguem a apresentação e a análise dos dados.

Acreditamos que a descrição de fatores que possibilitam o uso das construções condicionais como um mecanismo de expressão de determinados

[1] Outros usos possíveis para as condicionais seriam a expressão de promessa e ameaça.

unesp

valores, neste caso, a expressão da polidez, possibilitará uma visão mais ampla das estratégias comunicativas de que os falantes dispõem quando em contextos reais de interação.

CAPÍTULO 1

A TEORIA DA GRAMÁTICA FUNCIONAL

Na lingüística moderna, o modelo funcionalista tem atuado como um dos grandes paradigmas que conduzem os estudos da linguagem. Tomando a língua como um sistema multifuncional, o funcionalismo propõe que o estudo das estruturas lingüísticas deve levar em conta sua função dentro do contexto de uso, considerando, portanto, aspectos extralingüísticos que, acredita-se, são determinantes do modo como o falante estrutura seu discurso.

A teoria funcional parte de uma concepção de língua como instrumento de interação social, utilizado com o objetivo principal de intermediar a comunicação entre os seus usuários. O interesse central de uma investigação funcionalista é, portanto, averiguar como os falantes se comunicam eficientemente por meio da língua.

Pode-se dizer, então, que, em uma abordagem funcionalista, as estruturas lingüísticas são analisadas observando-se seu papel dentro do contexto comunicativo. Além disso, em uma investigação funcionalista, a análise das estruturas lingüísticas deve considerar seus aspectos sintático-semântico-pragmáticos, e não o estudo de cada um desses aspectos separadamente.

Segundo Neves (1997a), caracterizar o funcionalismo não é uma tarefa fácil devido ao fato de haver muitas vertentes que, em geral, se associam aos estudiosos que as desenvolveram. Assim, o paradigma funcional pode ser representado pelos modelos funcionalistas de Dik (1989, 1997), Halliday (1985), Givón (1979), entre outros. Dentre as várias vertentes do pensamento funcionalista, neste trabalho, destaca-se a de Simon C. Dik.

1.1. O FUNCIONALISMO DE SIMON C. DIK: UM MODELO DE DESCRIÇÃO LINGÜÍSTICA

A questão central da teoria proposta pela Gramática Funcional (doravante GF) de Dik (1989, 1997) é desenvolver uma teoria geral de organização das línguas naturais sob uma ótica funcional da natureza das línguas, considerando, assim, as relações funcionais nos diferentes níveis de organização da gramática.

Dik afirma que o paradigma funcional constitui uma tentativa de "revelar a instrumentalidade da língua em relação ao que os indivíduos fazem com ela em uma interação social. A língua natural é vista, em outras palavras, como parte integrada da competência comunicativa do usuário da língua natural" (1989, p. 3).[1]

A atividade comunicativa envolve, portanto, outros aspectos além do

[1] ... to reveal the instrumentality of language with respect to what people do and achieve with it in social interaction. A natural language, in other words, is seen as an integrated part of the communicative competence of NLU [natural language user].

conhecimento lingüístico. É nesse sentido que Dik associa a **capacidade lingüística**, que permite ao falante produzir e interpretar as expressões lingüísticas, às capacidades **epistêmica** (capacidade de construir, manter e explorar uma base de conhecimento organizado), **lógica** (capacidade de derivar conhecimentos adicionais por meio de raciocínio), **perceptual** (capacidade de entender o ambiente, derivar conhecimento a partir de suas percepções, usando esse conhecimento na produção e interpretação de expressões lingüísticas) e **social** (capacidade de estruturar as expressões lingüísticas para atingir objetivos comunicativos específicos).

Em sua Gramática, Dik propõe que a análise lingüística deve relacionar dois sistemas de regras: (i) aquele que regula a constituição das estruturas lingüísticas (regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas) e (ii) aquele que governa os padrões da interação verbal, nos quais as estruturas lingüísticas são usadas (regras pragmáticas). Dik afirma que o sistema de regras (i) é instrumental em relação aos objetivos do sistema de regras (ii). O sistema e o uso da língua são passíveis de distinção, mas não se deve estudar o sistema independentemente do uso, ou vice-versa, isto é, a forma deve ser entendida como dependente de sua função. Os estudos dos fenômenos da linguagem devem considerar, portanto, a situação comunicativa, ou seja, a relação falante/ouvinte e a contextualização temporal e local da enunciação.

Assim, uma teoria funcional deve tentar explicar as regras e os princípios subjacentes à construção das estruturas lingüísticas em termos de sua

unesp

funcionalidade, considerando o modo como essas estruturas são usadas, o que integra a gramática na teoria da pragmática mais ampla da interação verbal. A estrutura lingüística não é mais considerada uma estrutura fechada em si mesmo, como é vista no paradigma formal, i.e., as relações existentes entre as estruturas lingüísticas não dizem respeito somente a aspectos formais.

Por esta razão, a descrição da língua deve contemplar os papéis do falante e do ouvinte na interação verbal, os quais são determinados socioculturalmente. Dik define a interação verbal como uma atividade cooperativa e estruturada. É cooperativa no sentido em que são necessários, no mínimo, dois participantes, e é estruturada na medida em que é governada por regras, normas e convenções. Alguns estudiosos afirmam que é justamente a polidez uma das normas que estruturam a interação, sendo a responsável pela cooperação mútua entre os indivíduos.

Na interação verbal a expressão lingüística reflete a intenção do falante, sua informação pragmática e ainda a antecipação que ele faz da interpretação do ouvinte por ele pretendida. Por outro lado, a interpretação do ouvinte é resultante da expressão lingüística, da sua informação pragmática e da avaliação que faz sobre a intenção do falante. Dik diz ainda que a relação entre a intenção do falante e a interpretação do ouvinte é mediada, e não estabelecida, pela expressão lingüística.

Dik propõe um modelo que explica claramente sua concepção de interação verbal, o que pode ser visto na figura seguinte.

unesp

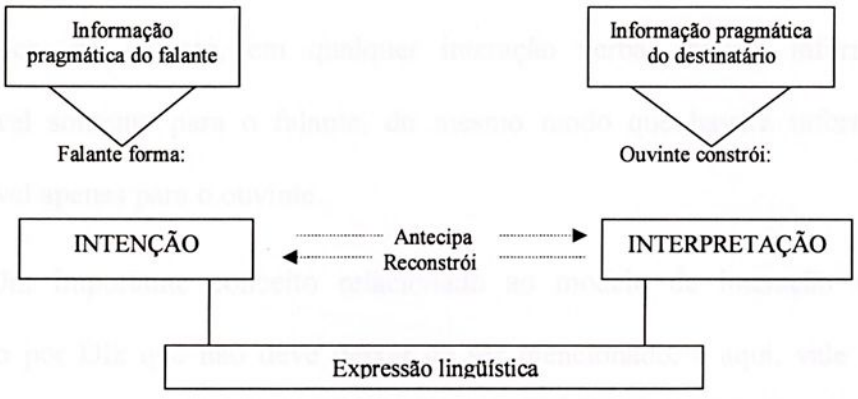


Figura 1 - *Modelo de interação verbal* (DIK, 1989, p. 8)

No contexto da interação verbal, a informação pragmática é entendida como o conjunto de crenças, suposições, opiniões e sentimentos disponíveis ao indivíduo no momento da interação. Dik afirma que o termo "informação" não se restringe ao conhecimento "cognitivo", mas envolve qualquer item presente no mundo mental de um indivíduo, incluindo pré-concepções e preconceitos. A informação pragmática é formada por três componentes fundamentais:

(i) *informação geral*: informação de longo prazo relacionada às características naturais e culturais do mundo real, bem como de um mundo imaginário;

(ii) *informação situacional*: informação derivada das experiências e percepções dos indivíduos na situação em que ocorre a interação;

(iii) *informação contextual*: informação derivada das expressões lingüísticas que são intercambiadas antes ou depois de qualquer momento dado na interação verbal.

(DIK, 1989, p. 9)

Em geral, falante e ouvinte compartilham uma certa porção de informação pragmática; no entanto, em qualquer interação verbal, haverá informação disponível somente para o falante, do mesmo modo que haverá informação disponível apenas para o ouvinte.

Um importante conceito relacionado ao modelo de interação verbal proposto por Dik que não deve deixar de ser mencionado, e aqui, vale dizer, importante não somente à teoria de Dik, mas a qualquer teoria funcionalista, é a noção de *conhecimento mútuo*.

De acordo com esse autor, o conhecimento mútuo diz respeito à teoria que falante e ouvinte têm acerca da informação pragmática um do outro e que desempenha um papel fundamental no momento da interação. A informação pragmática do falante inclui uma teoria a respeito da informação pragmática do ouvinte e vice-versa: os participantes têm uma idéia detalhada e bem estruturada a respeito das propriedades da informação pragmática do outro. Essa teoria é construída sob uma base de regressões infinitas de conhecimento:

(1) $(P_O)_F$ o que o falante pensa sobre a informação pragmática do ouvinte

$((P_O)_F)_O$ o que o ouvinte pensa sobre o que o falante pensa sobre a informação pragmática do ouvinte

$(((P_O)_F)_O)_F$ o que o falante pensa sobre o que o ouvinte pensa sobre o que o falante pensa sobre da informação pragmática do ouvinte

Dik (1989, p. 11)

Dik ilustra essa relação por meio do "jogo de imagens" elaborado por Brown (1984 *apud* Dik, 1989, p. 11):

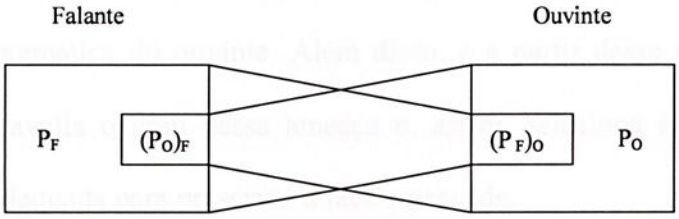


Figura 2 – Conhecimento mútuo entre falante e ouvinte

É justamente a teoria que o falante tem sobre a informação pragmática do ouvinte que o permite antecipar a interpretação do ouvinte, do mesmo modo que permite ao ouvinte selecionar uma dentre as possíveis interpretações para a expressão lingüística como sendo aquela intencionada pelo falante.

O conceito de *informação/conhecimento partilhado* e *conhecimento mútuo* tem motivado uma ampla discussão, especialmente no campo da pragmática. Lee (2001), discutindo as similaridades entre esses conceitos, afirma que o conhecimento partilhado deve ser entendido como o conjunto de "informações que os membros de uma comunidade particular têm em comum devido ao fato de viverem sob condições similares de religião, cultura, região e educação" (op. cit. p. 25). Já o conhecimento mútuo, para Lee, diz respeito ao conhecimento gerado por experiência direta, e que os participantes da interação sabem que o outro tem.

A noção de *conhecimento mútuo* é essencial para este trabalho, uma vez que as estratégias de polidez são usadas em situações nas quais o falante,

antecipando o fato de que o ato enunciado poderá ameaçar a face de um dos interactantes, ameniza o conteúdo desse enunciado. Essa antecipação é construída tendo em vista o conhecimento que o falante tem a respeito da informação pragmática do ouvinte. Além disso, é a partir desse conhecimento que o falante avalia o grau dessa ameaça e, assim, seleciona a estratégia de polidez mais adequada para preservar a face ameaçada.

A interação verbal se constitui com a função principal de efetuar algum tipo de mudança na informação pragmática do destinatário. Essa mudança, segundo Dik, pode ocorrer de três possíveis maneiras:

(i) *adição*, quando o falante fornece alguma porção de informação nova ao destinatário;

(ii) *substituição*, quando o falante informa o destinatário que alguma porção de sua informação precisa ser substituída;

(iii) *lembranças*, quando o falante lembra o destinatário de alguma porção de informação que ele (destinatário) já possuía, mas da qual não estava ciente em um dado momento. Por meio da interação verbal o falante pode, ainda, tentar efetuar algum tipo de mudança nos sentimentos do destinatário, alterando, assim, sua informação emocional.

Salientamos que, no modelo de interação verbal desenvolvido por Dik, o sentido e a intenção da expressão lingüística devem ser distinguidos. O sentido, ou conteúdo semântico, é determinado pelo sistema da língua, não sendo idêntico à intenção comunicativa do falante. Assim, o sentido de uma expressão deve ser entendido como a informação necessária e suficiente que, sistematicamente, pode

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

ser usada para relacionar uma dada intenção comunicativa do falante a uma dada interpretação do destinatário.

Tendo em vista essas concepções, Dik desenvolve um modelo de descrição das expressões lingüísticas que contempla desde sua estrutura semântica até sua realização fonética. Dik distingue orações de constituinte extra-oracionais (CEOs), os quais não são orações, tampouco parte de uma oração. Como exemplos de CEOs do português podemos citar partículas como *tá*, *né* e *sabe* que, não sendo parte da oração, estão ligadas a ela por questões discursivo-pragmáticas como no caso abaixo.

(01) então fica aquela vidraça geralmente BEM quadriculada -- o vidrinho no meio... **né**... e a janela então **né**... o que você pode abrir... **né**... o dia de chuva você pode abrir tem claridade além de que a chuva não entra... **né**... e é muito útil... **né**... agora a janela comum... vene/ veneziana mesmo... **né** (DID/RJ/011)

As orações devem, então, ser descritas segundo sua estrutura subjacente abstrata sobre a qual atua o sistema de regras de expressão, determinando a forma, a organização dos termos e o padrão entonacional dos constituintes na estrutura superficial, conforme seu *status* na estrutura subjacente. Essa relação entre a estrutura subjacente e a superficial pode ser visualizada no esquema seguinte.

(2) ESTRUTURA DE ORAÇÃO SUBJACENTE

↓

REGRAS DE EXPRESSÃO

↓

EXPRESSÕES LINGÜÍSTICAS

A estrutura subjacente, segundo apresentada na GF, é uma estrutura complexa na qual vários níveis de organização formal e semântica podem ser distinguidos:

(3)

ORAÇÃO	→	ato de fala
PROPOSIÇÃO	→	fato possível
PREDICAÇÃO	→	estado-de-coisas
PREDICADO	→	propriedade/relação
TERMOS	→	entidade

A estrutura subjacente da oração é descrita na GF de Dik numa ordem *bottom-up* de complexidade semântica.[2] A construção da predicação exige, primeiramente, um predicado, ao qual será aplicado um certo número de termos apropriados, que atuam como argumentos desse predicado. Enquanto os

[2]Como veremos mais adiante, os desenvolvimentos mais recentes da GF propõe uma versão discursiva da GF, e assim, consideram a importância de uma descrição *top-down*, partindo da intenção comunicativa. Uma visão geral da Gramática Funcional do Discurso pode ser vista em Hengeveld (2000).

predicados designam propriedades ou relações, os termos são usados para se referir a entidades. Desse modo, a predicação é formada a partir da inserção dos termos no predicado.

A predicação designa um estado-de-coisas (EsCo), que seria as codificações lingüísticas de algo que pode ocorrer em um mundo real ou imaginário. A partir de então, pode-se dizer que a predicação é utilizada para descrever um EsCo. O EsCo se define como algo que pode existir, ocorrer ou acontecer e, assim, pode ser localizado no tempo e espaço, ter uma certa duração e ainda ser percebido. A predicação, então, constitui-se dentro de uma estrutura superior, a proposição. A proposição designa um conteúdo proposicional, ou seja, um fato possível, que pode ser avaliado quanto a seu valor de verdade. Por fim, a proposição reveste-se de força ilocucionária formando a oração, que corresponde a um ato de fala.

A estrutura da oração em camadas pode, então, ser distinguida em quatro níveis, como se encontra abaixo:

(4) Nível 1: predicados e termos
Nível 2: predicação
Nível 3: proposição
Nível 4: oração

A representação completa dos diversos níveis gramaticais e das unidades

correspondentes bem como as variáveis utilizadas para representá-las pode ser visualizada no quadro a seguir.

unidade estrutural	tipo de entidade	ordem	variável
ORAÇÃO	atos de fala	4	E_i, E_j
PROPOSIÇÃO	fatos possíveis	3	X_i, X_j
PREDICAÇÃO	estados-de-coisas	2	e_i, e_j
TERMOS	entidade		x_i, x_j
PREDICADO	propriedade/relação	1	f_i, f_j

Quadro 1 (DIK, 1989, p. 50)

Apesar de organizadas hierarquicamente, as camadas contraem uma relação de dependência, tanto numa ordem crescente quanto decrescente. Essas relações de dependência são resultantes da intenção do falante. Nesse sentido, escolhas de nível superior podem restringir articulações de estruturas de nível inferior, e regras de expressão de nível inferior podem ser sensíveis à presença ou à ausência de elementos estruturais de nível superior.

Dik prevê a atuação de operadores e satélites em cada um dos níveis distinguidos acima. Os operadores (representados pela variável π) e os satélites (representados pela variável σ) constituem, respectivamente, meios gramaticais e lexicais utilizados para modificar e qualificar a camada em que atuam.

Observe que a classificação de Dik (1989) tem como unidade básica a

oração. Hengeveld (1992), demonstrando a preocupação de considerar relações que vão além dos limites da oração, propõe a atuação de satélites de nível 5, que especificam relações textuais, o que ele denomina satélite clausal.

Como veremos no capítulo seguinte, as orações condicionais são, na GF, uma espécie de satélite, podendo atuar na camada da predicação, proposição, dos atos de fala e na camada da oração, como propõe Hengeveld (op. cit.). Mais especificamente, as condicionais sob exame neste trabalho atuam na camada da proposição, dos atos de fala e da cláusula, como mostraremos no capítulo de análise.

Ao final da parte II de sua *Gramática Funcional*, Dik aponta para a necessidade de uma expansão de gramática da oração para uma Gramática Funcional do Discurso (GFD). Ao reconhecer que a GF se constitui essencialmente como uma gramática da oração, uma das questões levantadas pelo autor diz respeito ao fato de os falantes da língua não se comunicarem por orações isoladas, mas por meio de um encadeamento de orações que, combinadas, formam um todo maior, que o autor chama *discurso*.

Diante desse problema, atualmente muitos dos estudos funcionalistas têm se empenhado na proposta de expansão da GF para a GFD. Hengeveld (2000) afirma que há duas razões maiores pelas quais a teoria funcionalista deve procurar essa expansão. Primeiramente, muitos fenômenos lingüísticos só podem ser observados em unidades maiores que a oração, tais como processos de referenciação, encadeamento, entre outros que, exigem um contexto maior. A

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

segunda razão se deve à existência de unidades que, embora menores que a oração, atuam como enunciados completos e independentes no discurso.

Na proposta da GFD, Hengeveld distingue três níveis: o (i) *interpessoal*; (ii) o *representacional* e (iii) o da *expressão*. Diferentemente da GF, na GFD, a descrição da produção parte de cima para baixo, numa proposta *top-down*.[3] Nesse sentido, parte-se da intenção comunicativa do falante (representada pelo nível interpessoal) que se relaciona com o conteúdo semântico (representado pelo nível representacional)[4] por meio das *mapping rules*, e que, por sua vez, se relaciona com o nível da expressão por meio das regras de expressão. A esses mecanismos de ligação dos níveis Hengeveld dá o nome de *interfaces*.

Os três níveis interagem ainda com um *componente cognitivo*, responsável pelo conhecimento de longo-prazo do falante (competência comunicativa e lingüística e conhecimento de mundo), e com um *componente comunicativo*, que representa o conhecimento de curto-termo do falante (conhecimento derivado do discurso precedente e da percepção da informação extralingüística na situação de fala).

Nosso interesse na proposta de expansão da Gramática Funcional para a Gramática Funcional do Discurso se deve ao fato de que fenômenos como a manifestação da polidez em estruturas lingüísticas, sob exame neste trabalho, só

[3] Relembrando, na GF a produção começa pela seleção de um esquema de predicado que vai se expandindo gradualmente em estruturas maiores, para então ser expressa por meio das regras de expressão.

[4] Em casos em que só há o conteúdo pragmático a ser transmitido, as regras de expressão ligam o nível interpessoal diretamente ao nível da expressão Hengeveld (2000, p. 4).

unesp

podem ser observados no discurso como um todo, uma vez que seu sentido é construído em função das relações interdiscursivas existentes entre as unidades menores (oração) do discurso. Assim, uma condicional de polidez não se relaciona somente com a respectiva oração núcleo, mas contrai relação com o discurso como um todo, dependendo das intenções do falante.

A atividade de preservação da face, como veremos no Capítulo 3 desta dissertação, não consiste somente na expressão de uma estrutura particular com um sentido específico, mas faz parte da interação como um todo, na medida em que os interactantes, cientes da necessidade de manter o equilíbrio das faces envolvidas, monitoram seu discurso durante toda a interação verbal a fim de atingirem seus objetivos.

Ao dedicar especial enfoque ao uso da linguagem em todas as instâncias de descrição lingüística, a teoria da gramática funcional se constitui como uma teoria do uso: o interesse central de uma investigação funcionalista é averiguar como a língua é utilizada em contextos reais de interação e revelar as relações existentes entre o sistema e seu uso.

A concepção de interação verbal como proposta por Dik (1989) reconhece que a língua não é apenas um sistema de códigos utilizado para a transmissão de informações, mas considera seu papel na sociedade enquanto o principal instrumento regulador das relações entre os seres humanos.

unesp

O estudo da linguagem em uso mostra que o sistema lingüístico não diz respeito somente a uma estrutura sintático-semântica, mas evidencia uma série de funções pragmático-discursivas desempenhadas pelas estruturas lingüísticas, dentre essas a expressão das estratégias de polidez e descomprometimento, as quais somente podem ser percebidas uma vez que se considere uma visão funcional da linguagem, o que justifica nossa opção pelo paradigma funcional para a realização deste estudo.

No que diz respeito à articulação de orações e, especificamente às orações condicionais, o estudo da língua em uso mudou significativamente a descrição desse fenômeno. A visão funcional da linguagem possibilitou aos estudiosos melhor esclarecer os processos de subordinação e coordenação. Além disso, a proposta de integração dos componentes permitiu uma revisão da classificação, antes de base essencialmente sintática, das orações complexas, como veremos no capítulo seguinte. Acreditamos que uma proposta que considere a relação entre fatores sintáticos, semânticos e pragmáticos leva o pesquisador a conhecer não somente a estrutura da oração adverbial, mas uma multiplicidade de funções com as quais essa estrutura pode ser usada, o que justifica a opção pela abordagem funcionalista no modo como conceber a relação entre orações, uma vez que se busca estudar as construções condicionais não apenas no que concerne ao seu aspecto estrutural, mas também observando sua função dentro do contexto discursivo. Isso é o que discutimos em seguida, quando definimos a oração condicional, objeto de estudo desta pesquisa.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

CAPÍTULO 2

AS CONDICIONAIS: FORMA E FUNÇÃO

Muitas são as posturas adotadas para entender e conceituar as orações condicionais. Assim, as condicionais podem ser estudadas segundo o grau de hipoteticidade, tipo de relação que se estabelece entre a condicional e a núcleo, funções pragmáticas, entre uma série de outros fatores que podem ser considerados na definição do que vem a ser a oração condicional.

No que diz respeito à articulação de orações, partindo de uma visão funcionalista, vários trabalhos dão às condicionais um enfoque diferenciado daquele proposto pela Gramática Tradicional (cf. CUNHA e CINTRA, 1985; LUFT, 1989), que entende a oração condicional como uma *oração subordinada*, a qual desempenha a função de um advérbio na oração principal. Na visão tradicional, a oração condicional não possui autonomia sintática, e depende da oração principal para ter seu sentido completo.

Considerando o aspecto funcional da linguagem, Dik (1997) propõe que as orações condicionais são *construções encaixadas* na posição de satélite, podendo atuar nas camadas da predicação, da proposição e dos atos de fala. No que diz respeito às funções pragmáticas, Dik se opõe à noção de que a diferença

unesp

hierárquica entre oração encaixada e principal corresponde à diferença das funções pragmáticas que elas desempenham. Ao contrário, o autor diz não ser muito difícil encontrar ocorrências de construções encaixadas nas quais a oração encaixada veicula a informação mais relevante.

Tendo em vista o grau de dependência entre as orações, Halliday (1985) distingue três tipos de relação entre orações: *parataxe*, *hipotaxe* e *encaixamento*. Para esse autor, as orações condicionais são um tipo de *hipotaxe de realce*, na medida em que, em uma construção condicional, verifica-se a combinação de elementos de categorias diferentes, em que um elemento, no caso a condicional, modifica o outro, a oração núcleo, qualificando-a em relação à condição.

Uma outra visão das relações entre orações que considera o aparato funcional é encontrada em Matthiessen e Thompson (1988). Para esses autores, as combinações paratática e hipotática não devem ser consideradas apenas no nível frasal, mas no nível do discurso como um todo, visto que a relação entre orações reflete a organização retórica do discurso. Nesse nível, Matthiessen e Thompson distinguem as relações retóricas de **lista**, das quais resulta a parataxe, e as relações retóricas **núcleo-satélite**, que originam a hipotaxe. Segundo Matthiessen e Thompson, as orações condicionais são entendidas como orações hipotáticas de realce que codificam as relações retóricas núcleo-satélite, em que um elemento ancora-se no outro, sendo o núcleo essencial aos objetivos do falante, e o satélite aquele que traz a informação suplementar.

Haiman (1978) afirma não haver uma definição satisfatória para as orações condicionais que, geralmente, são identificadas por meio da conjunção *se* e suas correlatas – no português, *caso*, *contanto que*, *desde que*, *salvo se*, *exceto se*, *a não ser que*, *a menos que*, etc.. Todavia, a maioria dos estudos que tratam dessas construções considera, sobretudo, as orações introduzidas por *se*, a conjunção condicional por excelência. É o que pode ser observado, por exemplo, nas obras *On Conditionals* (1986) e *On Conditionals Again* (1997), que reúnem alguns dos mais importantes trabalhos que se dedicaram ao estudo desse tipo oracional, o que se verifica também para o português, nos trabalhos de Gryner (1995), Ferreira (1997), Hirata (1999), Neves (1999) entre outros.

De uma perspectiva ligada à lógica, Comrie (1986) define as orações condicionais segundo a relação lógico-semântica que se estabelece entre prótase (*p*) e apódose (*q*). Conforme esse autor, a expressão de condicionalidade em uma língua natural exige uma estreita ligação entre *p* e *q*, que deve ser interpretada como uma relação de causa e conseqüência, como no exemplo:

(01) **Se chover** você vai se molhar

no qual pode-se entender que a realização do evento descrito na prótase, 'chover', causará, necessariamente, a realização do evento descrito na apódose, 'se molhar'. No entanto, essa relação lógica não se sustenta para todos os tipos de construções condicionais, e pode ser facilmente contestada por ocorrências como

a do português, dada abaixo, em que não é possível uma leitura lógica de causa-conseqüência:

(02) L2: a política das coisas é que... é que menos... é que menos realmente interessa...
D: **se você for em Brasília**... tem a praça dos três poderes...quais são eles? (D2/RJ/355)

Nesse caso, a apódose 'tem a praça dos três poderes' não é causada, tampouco depende da ocorrência da prótase, o que nos leva, portanto, à necessidade de um outro modo de conceber a oração condicional.

Dik (1990), em um estudo sobre a semântica das orações condicionais, afirmou que essas construções podem ser representadas por

$(\alpha)_{cond}$, β

"Se α, então β

em que "o valor de β é considerado dependente do valor de verdade de α. O 'valor de β' pode ser o valor de verdade de β ou a relevância comunicativa de β."[1] Em outras palavras, a relação de condicionalidade nem sempre implica em uma relação de causalidade lógica, como no caso do exemplo (01) acima, em que o fato de 'se molhar' depende da ocorrência de 'chover', mas a expressão de

[1] ... the value of β is considered dependent on the value of α. The 'value of β' may be the truth value of β, or the communicative value of β. (op.cit., p. 237)

condicionalidade pode estar relacionada, também, à relevância de um ato de fala, como no exemplo (03) abaixo, no qual a condicional oferece a condição para a adequação do ato de fala expresso pela oração núcleo.

(03) Tem biscoitos aí em cima **se você quiser**

Essa diferença foi discutida também por Van der Awera (1986) que distingue dois tipos de condicional: as *não-comentativas* e as *comentativas*.[2] A diferença entre esses dois tipos se deve ao fato de que nas condicionais não-comentativas tem-se um ato de fala sobre a relação semântica que se estabelece entre prótase e apódose. Já nas condicionais comentativas, tem-se um ato de fala da condicional, isto é, a realização da prótase é condição para a realização do ato de fala expresso na apódose. Os exemplos a seguir ilustram, respectivamente, esses dois casos.

(04) **Se Maria estudar** não terá problemas na escola

(05) **Se você puder** traz um lanche pra mim

Conforme Van der Auwera (op. cit.), as condicionais realizadas como ato de fala são um tipo de sentença performativa, entendida no sentido dado por Austin (1962), podendo ser dos mais diversos tipos, tantos quantos forem os atos

[2] *Commentative* e n*oncommentative* em inglês.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

performativos existentes nas línguas. Neste trabalho interessa-nos, particularmente, as condicionais de polidez.

A distinção ente as condicionais comentativas e não-comentativas é essencial para este trabalho, uma vez que nas condicionais sob exame não há a relação condicional lógica que configura as condicionais prototípicas, mas uma relação de adequação ou relevância comunicativa.

As orações condicionais podem ser avaliadas segundo o grau de hipoteticidade. Neves (1999) diz que

> a construção se apóia basicamente numa hipótese, razão pela qual o termo *período hipotético* é o que está presente, nos estudos clássicos, como designação genérica das construções condicionais. A relação que se instaura entre o conteúdo da prótase (entidade **p**) e da apódose (entidade **q**) é uma relação do tipo *condição para realização → conseqüência/resultado da resolução da condição enunciada*. (p. 497)

A partir dessa relação, Neves (op.cit.) sugere três tipos de condicionais, segundo o grau de hipoteticidade veiculado por essas construções, entendido como a possibilidade de ocorrência/verdade da apódose:

a) **Reais** (factual): dada a realização/ a verdade de *p,* segue-se, necessariamente, a realização/a verdade de *q*;

(06) **Se você não se apressa** chega atrasado

b) **Irreais** (contrafactual): dada a não realização/a falsidade de *p,* segue-se, necessariamente, a não realização/a falsidade de *q*;

(07) **Se eu fosse você** iria mais cedo

c) **Potenciais** (eventual): dada a potencialidade de *p,* segue-se a eventualidade de *q*.

(08) **Se você for** me liga

É importante ressaltar que o grau de hipoteticidade da oração condicional está ligado ao modo como o falante concebe a proposição em termos de sua probabilidade de ocorrência/verdade, e não em relação à probabilidade de ocorrência do evento nela descrito.

Em geral, o grau de hipoteticidade das orações condicionais está associado aos tempos e modo verbais que figuram na construção condicional. Comrie (1986) sugere que um maior grau de hipoteticidade, caso das condicionais contrafactuais, tende a ser configurado por tempos com referência não futura. Os tempos mais utilizados nesse caso seriam o pretérito (indicativo e subjuntivo) e o mais-que-perfeito. Por outro lado, um menor grau de hipoteticidade é, geralmente, codificado por tempos com referência futura.

A distinção entre contrafactualidade e factualidade não é rígida. Comrie (op.cit.) afirma que, ao contrário, trata-se de um contínuo no qual tem-se a contrafactualidade em um extremo e a factualidade em outro. A potencialidade

ou eventualidade transitaria nesse eixo, dependendo do modo como o falante avalia o conteúdo proposicional da construção.

As noções de contrafactualidade e factualidade relacionam-se ao sub-modo incerteza da modalidade epistêmica, proposto por Givón (1994). O autor afirma que a condicional é um dos modos de expressão da categoria *irrealis*, uma vez que uma proposição enunciada por meio de uma estrutura condicional demonstra a incerteza do falante quanto a essa proposição. As considerações de Givón (op. cit.) confirmam nossa afirmação anterior de que a factualidade ou contrafactualidade de uma condicional deve ser entendida em relação ao modo como o falante concebe a probabilidade de ocorrência do enunciado.

No que diz respeito à organização da oração em camadas proposta pela Gramática Funcional, Dik *et al.* (1990) definem a condicional como uma oração encaixada na posição de satélite, o qual pode contribuir de modo diferenciado para as camadas da estrutura subjacente da oração. Nesse estudo, os autores estabelecem uma tipologia semântica do satélite condicional, tendo em vista o modo como a prótase se relaciona com a apódose, o que vai determinar o nível de atuação do satélite na estrutura subjacente da oração. A partir dessa tipologia, três tipos de satélites de condição são distinguidos:

(i) **satélites condicionais de predicação**: quando o satélite condicional especifica um EsCo de cuja ocorrência depende da ocorrência de um outro

EsCo;

(09) **Se chover**, você precisa pegar o guarda-chuva

(ii) **satélites condicionais proposicionais**: quando o satélite condicional se relaciona com o valor de verdade da proposição, como sendo uma condição suficiente para a verdade dessa proposição;

(10) **Se João ficar**, Pedro sairá

(iii) **satélites condicionais ilocucionários**: quando o satélite condicional confere relevância para a ocorrência de um ato de fala.

(11) **Se você tem sede**, tem água na geladeira

De acordo com a classificação de Hengeveld (1992), podemos acrescentar um quarto tipo de satélite condicional, o satélite oracional.

(iv) **satélites condicionais oracional**: quando o satélite condicional especifica as condições de felicidade do ato de fala realizado pela oração núcleo.

(12) **Se você me permite**, você não deveria fazer isso.

Uma outra questão bastante discutida acerca das construções condicionais diz respeito à posição em que a condicional pode ocorrer. Greenberg (1963)

unesp

verificou uma tendência para a condicional se antepor à oração núcleo, como na seguinte ocorrência.

(13) e vocês estão saindo da Faculdade de Letras e eu peço a vocês que... revejam tudo aquilo que vocês aprenderam e... **se vocês não aprenderam**... que vocês aprendam autodidaticamente... porque isto funciona... também... (EF/RJ/356)

Esse autor afirma que essa tendência geral é determinada pela ordem natural para *causa* anteceder *conseqüência*. As orações condicionais podem ocorrer ainda nas posições medial e final, como mostram, respectivamente, as ocorrências abaixo.

(14) e nas estradas jogar um papel pela janela do carro... um... copo lá o que fosse... custaria cem dólares mas curpir/ cuspir no chão na cidade de Washington... **se não me engano** custa quinhentos dólares... (DID/RJ/AC/27)

(15) logo que saiu um dos primeiros jatos... ( )... eh:... teve quatro **se não me engano**... eh: nós viajamos nele aliás eu pedi lá ao ministro... (D2/296/RJ)

Muitas são as hipóteses formuladas para explicar quais fatores motivariam a ordem das condicionais. Comrie (1986) sugere que a não-factualidade motivaria a anteposição, o que Hirata (1999) verificou não ser o caso para o português escrito, uma vez que a maioria das condicionais não-factuais ocorreu na posição final. A anteposição da condicional pode estar relacionada também a fatores discursivos. Comrie (op. cit.) diz ainda que a ordem linear da construção condicional segue a seqüência de argumentação do discurso. Estudos sobre as

funções pragmático-discursivas desempenhadas pelas orações condicionais mostram que as condicionais antepostas, quando veiculam a informação dada, assumem a função de tópico discursivo, fornecendo o quadro de referência para o discurso subseqüente.

Sobre a ordem marcada (posposta e intercalada), Ferreira (1997) investigou uma série de fatores (correferência de sujeito, tempos e modos verbais, explicitude de sujeito, estatuto informacional, etc.) que acreditava ser influente na posposição da condicional. Essa autora observou que as condicionais pospostas tendem a codificar a informação nova. Hirata (1999) verificou que as condicionais pospostas e intercaladas podem desempenhar a função de adendo, ou *afterthought*, nos termos de Chafe (1984 *apud* HIRATA, 1999).

O emprego das orações condicionais vai muito além da mera expressão de condicionalidade. Estudos realizados sob uma ótica funcional revelam que as orações condicionais se configuram como um mecanismo bastante produtivo no que diz respeito às funções pragmáticas, discursivas e comunicativas desempenhadas por elas dentro do contexto real de uso da língua.

Haiman (1978) afirma que, assim como o *tópico*, as condicionais veiculam a informação dada, sobre a qual se constitui o discurso seguinte. Tendo em vista essa relação, Ford e Thompson (1986) sugerem uma distinção entre quatro tipos de funções que a condicional anteposta pode ter:

(i) tópico de retomada: retomando uma afirmação já mencionada no

discurso;

(ii) tópico de contraste: contrastando algo em relação à afirmação precedente;

(iii) tópico de exemplificação: exemplificando uma generalização anterior;

(iv) tópico de opção ou alternativa: explorando opções que foram propostas no discurso anterior.

Outras funções discursivas foram apontadas por Hirata (1999). A autora postula que as condicionais pospostas e intercaladas podem desempenhar a função de (a) adendo restritivo, restringindo o significado da oração núcleo; e de (b) adendo ampliador, generalizando e ampliando o significado da oração núcleo.

Por fim, as orações condicionais podem realizar diferentes funções comunicativas, dependendo do efeito de sentido que produzem no momento da interação. Ao interpretarem as condicionais segundo a função que exercem no discurso, diversos autores buscam entender algumas das estratégias comunicativas que essas construções atualizam quando em contextos reais de uso da língua.

O grau de hipoteticidade manifesto pela oração condicional pode ser utilizado na expressão de valores como a promessa, ameaça, suposição, polidez. Fillenbaum (1986) afirma que, ao usar as condicionais com esses determinados fins, o falante estaria particularmente interessado em certos **efeitos perlocucionários** da condicional.

unesp

É o que o autor verificou para as condicionais do inglês: Fillenbaum (op. cit.) afirma que as condicionais podem atuar como um tipo de estratégia de impedimento, caso das condicionais de ameaça, ou de indução, caso das condicionais de promessa. Fillenbaum acrescenta que uma condicional de promessa não trata simplesmente de informar o ouvinte sobre as "boas" conseqüências de uma ação, mas, sobretudo, diz respeito a uma tentativa do falante de forçar o ouvinte a realizar tal ação. Da mesma forma, a condicional de ameaça não implica somente em alertar o ouvinte sobre as conseqüências negativas de sua ação, mas se constitui como uma tentativa de impedir o ouvinte de realizar tal ação. O autor ilustra esses casos com orações como (16) e (17).

(16) *If you fix the car* I'll give you $100
Se você arrumar o carro te dou $100

(17) *If you come any closer* I'll shoot
Se você chegar mais perto eu atiro

(FILLENBAUM, 1986, p. 182)

Fillenbaum (op. cit.) aponta para o fato de que as promessas e ameaças devem ser interpretadas no contexto em que são produzidas, observando-se, além de sua função comunicativa, a relação que se estabelece entre os interlocutores e a situação comunicativa, já que as estratégias são definidas no âmbito da relação entre a forma lógica e um certo tipo de força ilocucionária.

Levando em conta o trabalho de Fillenbaum (1986), em Oliveira (2002) procuramos relacionar os aspectos formais da condicional à expressão das

estratégias de ameaça no português. Uma ocorrência desse uso da condicional pode ser visto abaixo.

(18) Quer tomar outro cacete? Não, né? Então não me enche o saco! Já estou cabreiro com você! **Se espernear**, te meto a mão. (LD/NC)

(OLIVEIRA, 2002, p. 57)

Ford (1997) identifica uma série de usos da condicional que estão relacionados ao que Brown e Levinson (1987) chamam de proteção da face. Para a autora, o que possibilita o uso das condicionais nesse contexto é o fato de que essas construções permitem ao "falante dizer o que deseja dizer e mesmo assim permanecer descompromissado com aquilo que está dizendo". [3] Nesse estudo, Ford afirma que as condicionais podem ser usadas para fazer sugestões, recusas, para evitar uma afirmação categórica, para introduzir um tópico "delicado" no discurso, entre outros que, em geral, configuram-se como o que Brown e Levinson chamam atos de ameaça à face. É o que podemos ver no exemplo abaixo.

(19) P: You can come an'sit'n talk with us *if you want*[4].
Você pode vir e sentar e conversar com a gente *se você quiser*

(FORD, 1997, p. 402)

Nesse caso, a oração condicional é usada para sugerir uma ação ao ouvinte. Nos

[3] "(...) speakers can say what they want to say and at the same time, in some sense, remain uncommitted to what they are saying." (Ford, 1997).
[4] Grifo meu.

unesp

termos de Ford, a condicional "deixa explícito o fato de que a ação do ouvinte depende de sua própria vontade".[5]

Um outro exemplo de uso da condicional em contextos nos quais os interesses da face devem ser atendidos pode ser visto em (20) a seguir, em que o falante quer dizer ao seu interlocutor para interromper uma determinada ação, mas prefere fazê-lo de modo indireto por meio da condicional.

(20) G: Break the whole insides out, *if you keep wobblin' that barrel around.*
G: Go put it UP
G: Quebra por dentro, *se você ficar rodando esse barril*
G: Vai por lá em cima
(FORD, 1997, p. 402)

Outros autores associaram o grau de hipoteticidade da condicional à manifestação da polidez. Rosa (1992), ao discutir a atenuação em português, chama atenção para o fato de que os marcadores de atenuação podem "preceder possíveis atos de ameaça à face ... como críticas, proibições, ordens ou qualquer outro tipo de enunciado considerado pelo falante como potencialmente ameaçador à face do interlocutor e à sua própria face." (p. 35). Como exemplo desses tipos de marcadores, a autora cita as orações condicionais:

(21) *Se não me engano*, a sua afirmação não é coerente com o que disse antes.

[5] ... acknowledge the fact that the addressee's action is dependent on the addressee's owns wants. (1997, p. 402)

unesp

Ford (1997) afirma que o uso das condicionais nesses contextos está associado também à alternatividade/opcionalidade decorrente do grau de hipoteticidade característico dessas orações.

Em um trabalho recente (OLIVEIRA, 2002), apresentamos uma visão geral das orações condicionais identificadas como estratégias de polidez. Nesse trabalho, investigamos os aspectos formais básicos das orações condicionais e procuramos comparar a relação dos fatores estruturais da condicional de polidez com a condicional de ameaça.

No que diz respeito especificamente ao português, falta um estudo que dê conta das funções comunicativas desempenhadas pelas orações condicionais. Assim, apesar de mencioná-las, Rosa (1992) não investiga o uso das condicionais como estratégias de polidez ou atenuação. Observando que, nesse tipo de construção, as condicionais assumem características específicas, diferentes daquelas apresentada pela condicional prototípica, neste trabalho pretendemos analisar e descrever a oração condicional como estratégia de polidez e descomprometimento, a fim de entender os principais aspectos subjacentes ao uso da condicional com essas funções no português oral do Brasil. Para tanto, acreditamos ser de fundamental importância basearmo-nos em uma abordagem que conjugue os aspectos formais e funcionais da linguagem, propiciando um melhor esclarecimento das funções desempenhadas pelas orações condicionais no evento real de fala. Nesse sentido, além da teoria da GF, consideraremos a teoria

unesp

sobre polidez lingüística tal como formulada por Brown e Levinson (1987), a qual discutiremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

A CONCEPÇÃO LINGÜÍSTICA DE POLIDEZ

A polidez é considerada por diversos estudiosos como o elemento básico da ordem social e, assim, uma pré-condição para a cooperação mútua entre os indivíduos num intercâmbio social qualquer. Decorre disso o fato de a polidez ser considerada um dos valores socioculturais mais importantes que pode ser expresso por meio de estruturas lingüísticas. Apesar de se tratar de um valor definido socioculturalmente, a polidez, tomada no sentido mais geral que o termo permite, transcende barreiras culturais, sendo considerada um valor universal, no sentido de que existe em qualquer sociedade.

Enquanto objeto de investigação, a polidez há muito tem sido tratada por disciplinas como a psicologia, a antropologia e a sociologia. Na lingüística, o estudo da polidez somente se tornou possível com o advento da pragmática, tendo em vista principalmente a teoria dos atos de fala proposta por Austin (1962).

A partir do momento em que se reconhece o fato de que a linguagem pode ser usada não apenas para o intercâmbio de informações, mas também para

unesp

regular relações sociais, é que se torna possível incluir no campo da lingüística uma subárea que trate das questões referentes à manifestação da polidez por meio de estruturas gramaticais.

A estreita relação entre língua e polidez pode ser observada em qualquer sociedade. Gumperz (1987) afirma que "uma teoria que busca entender esse fenômeno lida, ao mesmo tempo, com os fundamentos da vida social do ser humano".[1] Diversos autores, como Lakoff (1977) e Brown e Levinson (1987), acreditam que a polidez envolve os graus de distância social e emocional entre os interactantes, assim como a relação de poder e imposição entre os indivíduos.

Na lingüística contemporânea podemos distinguir três linhas principais que orientam os estudos sobre a polidez. Dentre essas, a mais difundida é a proposta de Brown e Levinson, que tem sido bastante produtiva no estudo das estruturas lingüísticas capazes de expressar polidez, a qual adotamos para a realização deste trabalho. Em seguida, expomos essas três perspectivas de estudo da polidez, levantando as questões mais relevantes para a discussão que pretendemos desenvolver neste trabalho.

3.1. POLIDEZ COMO UMA MÁXIMA CONVERSACIONAL

[1] *... any theory which provides an understanding of this phenomenon at the same time goes to the foundations of social human life.* (1987, xiii)

Essa abordagem tem como ponto de partida o artigo no qual Grice (1982)[2] propõe a existência de máximas conversacionais, isto é, um conjunto de regras específicas a serem seguidas pelos indivíduos na conversação. O autor afirma que, numa interação, os indivíduos observam um princípio geral, segundo o qual "deve-se fazer a contribuição tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional no qual se está engajado" (p. 222). A esse princípio Grice dá o nome de *princípio do cooperativismo*.

Grice associa o princípio do cooperativismo às máximas, que estão separadas conforme as categorias a) *quantidade*; b) *qualidade*; c) *relevância* e d) *modo*. De acordo com o autor, mesmo quando uma das máximas deixa de ser atendida pelo falante, o princípio do cooperativismo está sempre sendo observado, uma vez que dele depende o sucesso da interação. A violação de uma das máximas pode ser o indício do que Grice chama de *implicatura conversacional*, definida como a informação implícita intencionada pelo falante que deve ser inferida pelo ouvinte.

Apesar de dedicar especial enfoque às quatro categorias mencionadas anteriormente, Grice afirma que há outras categorias de máximas e sub-máximas a serem consideradas em uma interação qualquer, como, por exemplo, o que ele chama de *máxima de polidez*. Um dos primeiros a considerar essa proposta foi Lakoff (1977).

[2] Publicado originalmente em 1967.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

Lakoff sugere a existência de duas regras de competência pragmática: (i) seja claro[3] e (ii) seja polido. No entanto, a autora afirma que a "polidez se sobrepõe: é considerado mais importante evitar conflito do que alcançar clareza. Isso faz sentido uma vez que na maioria das conversações informais a comunicação de idéias é secundária à reafirmação e reforço das relações".[4]

Tendo em vista a importância da polidez na interação, Lakoff formula três sub-máximas de polidez:

a) não imponha (usada em situações formais/impessoais);

b) dê opções (usada em situações informais);

c) faça o ouvinte se sentir bem (usada em situações de intimidade).[5]

Na visão da autora, ser polido significa agir em conformidade com essas sub-máximas. O mesmo vale para os enunciados, que somente serão polidos, se forem formulados de acordo com o conjunto de sub-máximas descrito acima. Segundo Lakoff, a língua disponibiliza construções específicas para cada uma das máximas descritas acima, e o uso de um tipo ou outro de estratégia vai

---

[3] No mesmo sentido proposto por Grice.

[4] *...politenes usually supercedes: it is considered more important to avoid offense than to achieve clarity. This makes sense, since in most informal conversations, actual communication of ideas is secondary to reaffirming and strengthening of relationships.* (p. 297-298)

[5] *Don't impose* (*used when formal /impersonal politeness is required*); *Give options* (*used when informal politeness is required*); *Make addressee feel good* (*used when intimate politeness is required*). (1973 *apud* Fraser 1990, p. 298)

unesp

depender do modo como o falante entende o contexto.

Ainda sob essa mesma perspectiva, Leech (1983 *apud* FRASER 1990) distingue entre o princípio do cooperativismo e o princípio de polidez. Assim, o princípio do cooperativismo se associa às máximas conversacionais para explicar como um enunciado pode veicular uma mensagem implícita. Por outro lado, o princípio da polidez se associa às máximas de polidez para explicar com qual finalidade esse ato deve ser usado.

Leech (1983 *apud* FRASER 1990, p. 223) afirma que o princípio do cooperativismo

> tem a função de regular o que dizemos, de modo que se contribua com uma certa força ilocucionária ou objetivo(s) discursivos. Deve ser mencionado que o princípio de polidez tem um papel regulador maior do que esse: manter o equilíbrio social e as relações amigáveis, o que nos permite presumir que nossos interlocutores estão sendo cooperativos.[6]

Além disso, o princípio da polidez, segundo o autor, "pode ajudar a entender as razões do falante ao escolher um determinado conteúdo e uma forma para seu enunciado".[7]

Leech diz ainda que o grau de polidez é determinado pela força ilocucionária da enunciação e, assim, sugere quatro funções ilocucionárias principais, conforme elas se relacionam com o objetivo social de estabelecer e

---

[6] *... has the function of regulating what we say so that it contributes to some assumed illocutionary or discursive goal(s). It could be argued that the PP* [politeness principle] *has a higher regulative role than this: to maintain the social equilibrium and the friendly relations which enable us to assume that our interlocutors are being cooperative ...*

[7] *... may help to understand reasons S had for choosing the particular content and forma of what he said.*

manter o contato verbal. O autor enumera uma série de atos que podem interferir no decorrer de uma interação verbal. Leech separa, então, esses atos nas quatro categorias seguintes:

a) *competitivos*: ordens, perguntas;

b) *de convivência*: ofertas, convites, agradecimentos, felicitações, cumprimentos;

c) *colaborativos*: afirmação, relatos, anúncios;

d) *conflitivos*: ameaças, acusações, repreensões.

A partir das considerações feitas acima, podemos observar que os autores não apresentam uma definição exata do termo *polidez*. Contudo, podemos inferir que ambos propõem a polidez como normas utilizadas para reduzir a possibilidade de conflito numa interação.

Assim como Lakoff e Leech, Fraser e Nolen (1981) também consideram o princípio do cooperativismo proposto por Grice ao abordar questões referentes ao fenômeno da polidez. Entretanto, esses autores concebem a polidez de um outro modo, constituindo uma outra perspectiva de estudo desse objeto, como veremos em seguida.

3.2. POLIDEZ COMO UM CONTRATO CONVERSACIONAL

Essa proposta, elaborada por Fraser e Nolen (op. cit.), caracteriza-se essencialmente por defender que, ao se engajarem em uma conversação, os indivíduos estão cientes de certas obrigações e direitos que irão determinar o modo como os participantes devem proceder no decorrer da interação.

De acordo com os autores, essas obrigações e direitos são regulados por uma espécie de *contrato conversacional* de natureza mais geral que, por sua vez, deve ser adaptado à conversação, tendo como base o tipo de relação social que se estabelece entre os interactantes.

O contrato conversacional é constituído por dois tipos de termos: aqueles que são impostos socialmente[8] e os que são definidos segundo as especificidades da situação, sendo que esses devem ser renegociados a cada interação. Conforme os autores, os termos e condições que regem o contrato conversacional são essenciais à determinação do modo como a mensagem será transmitida, tanto no que diz respeito a sua organização interna quanto no que se refere a sua força ilocucionária.

Fraser e Nolen afirmam que, para ser polido, o indivíduo deve respeitar o princípio do cooperativismo, que, por sua vez, implica em atender aos termos e condições impostos pelo contrato conversacional.

---

[8] Por exemplo, o modo como as pessoas devem agir numa interação situada em uma igreja, isto é, o tipo de termos que serão usados, o tom de voz, etc.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

Fraser e Nolen defendem ainda que a polidez não pode ser expressa por um desvio do uso da língua[9]. As sentenças não são *ipso facto* polidas; um enunciado será considerado polido somente se estiver em conformidade com os termos do contrato conversacional estabelecido para a situação comunicativa em questão.

Apesar de apresentarem concepções diferentes do fenômeno da polidez, tanto na perspectiva de Lakoff e Leech, quanto na visão de Fraser e Nolen, a polidez é entendida como um conjunto de normas. Esses autores acreditam que as máximas ou os termos que regulam o contrato conversacional atuam como guias do uso racional da linguagem na conversação e são qualitativamente diferentes da noção de regras associada à gramática.

Um outro modo de conceber a polidez pode ser encontrado em Brown e Levinson (1987). Tendo em vista a teoria dos atos de fala, esses autores vão propor a polidez como o ato de preservação das faces. É o que expomos a seguir.

3.3. POLIDEZ COMO ATO DE PRESERVAÇÃO DA FACE

A teoria proposta por Brown e Levinson (1987) fundamenta-se essencialmente na noção de *face*, entendida pelos autores como a auto-imagem pública dos indivíduos, que consiste basicamente em dois aspectos:

[9] Por desvio o autor quer dizer as implicaturas conversacionais de Grice.

unesp

a) **face negativa**:[10] contestação de territórios, reserva pessoal, direito a não distração, i.e. liberdade de ação e de imposição;

b) **face positiva**: auto-imagem ou personalidade (incluindo o desejo de que essa auto-imagem seja apreciada e aprovada) clamada pelos interactantes.[11]

A face negativa está associada ao que comumente entendemos por polidez, isto é, não impor nada a outrem, respeitando seu direito de ação. Já a face positiva – segundo os próprios autores, um tanto mais complexa – diz respeito ao desejo de ser percebido, admirado, aprovado, entendido pelos demais membros da comunidade.

A definição de face apresentada pelos autores é uma visão adaptada do conceito desenvolvido por Goffman, que por sua vez é baseado na crença popular que associa face às noções de constrangimento e humilhação.[12] De acordo com Brown e Levinson, a face pode ser perdida, realçada e mantida e, por essa razão, deve ser constantemente preservada em uma interação.

---

[10] A noção de valores positivo e negativo é derivada de Durkheim na obra *The elementary forms of the Religious Life* (1915 *apud* BROWN e LEVINSON, 1987).

[11] a) *negative face: the basic claim to territories, personal preserves, rights to non-distraction, i.e. freedom of action and freedom from imposition*; (b) *positive face: the positive face consistent self-image or "personality" (crucially including the desire that this self-image be appreciated and approved of) claimed by interactants*. (1987, p. 61).

[12] Nas culturas de língua inglesa, a expressão popular "to loose face" significa estar constrangido.

unesp

Os autores afirmam que, em geral, ao se engajarem em uma conversação, os indivíduos estão conscientes da vulnerabilidade da face e assim cooperam mutuamente para sua manutenção. O interesse em manter a face um do outro decorre do fato de que geralmente se espera que uma pessoa defenda a própria face, caso essa seja ameaçada, e, ao defender sua face, conseqüentemente irá ameaçar a face de outrem. Esse "desequilíbrio" das faces impede o fluxo normal da conversação, o que poderá comprometer os interesses primários com os quais a interação foi inicialmente proposta.

Brown e Levinson sugerem que a noção geral de face tal como colocada anteriormente é universal. Essa universalidade clamada pelos autores tem causado polêmica nos estudos sobre polidez. Muitos trabalhos são realizados considerando-se línguas não ocidentais (cf. NWOYE, 1992; MAO, 1994; LIAO e BRESNAHAN, 1996, entre outros) numa tentativa de demonstrar a ineficiência da aplicabilidade do conceito de face do modo como proposto por Brown e Levinson (op. cit.). No entanto, os autores não negam a influência de fatores culturais específicos no conceito inicial de face e afirmam que "esse conceito central está sujeito a especificações culturais de vários tipos".[13]

É importante ressaltar ainda que o "respeito" à face não deve ser entendido como normas ou valores a serem seguidos pelos membros de uma sociedade. Ao contrário, os aspectos da face são tratados, na teoria de Brown e Levinson, como necessidades básicas, as quais é de interesse geral satisfazer.

---

[13] *this core concept is subject to cultural specifications of many sorts.*

unesp

O princípio orientador da teoria de Brown e Levinson é a idéia de que, em uma interação ordinária, há atos que são intrinsecamente ameaçadores à face, o que os autores denominam **FTAs** (*face-threatening-acts*) ou atos de ameaça à face. Brown e Levinson distinguem quatro tipos de FTAs:

a) FTAs que ameaçam a face positiva do ouvinte (desaprovação, críticas, insultos, acusações, "raising taboo topics");

b) FTAs que ameaçam a face negativa do ouvinte (pedidos, ordens, sugestões, conselhos, avisos);

c) FTAs que ameaçam a face positiva do falante (pedidos de desculpa, humilhação, confissão);

d) FTAs que ameaçam a face negativa do falante (aceitação de ofertas e de agradecimentos).

De acordo com Brown e Levinson, o grau de ameaça de um ato é determinado por três variáveis culturais, a saber, (i) a distância social entre os interactantes; (ii) a relação de poder do falante em relação ao ouvinte, o grau de imposição que o falante pode ter sobre o ouvinte e, (iii) a classificação cultural do grau de imposição, ou seja, como cada cultura percebe o valor de imposição de um FTA.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

Além disso, os atos dependem ainda do contexto situacional, ou seja, os atos que podem causar danos em uma interação entre A e B não necessariamente causarão danos à interação entre B e C. Em outras palavras, além dos FTAs reconhecidos por um grupo social qualquer, haverá atos que somente serão ameaçadores em uma interação particular. Por essa razão, o conhecimento mútuo entre os interactantes será fundamental para a atividade de preservação da face.

Essas considerações situam o procedimento de preservação das faces no modelo de interação verbal proposto por Dik (1989), que repetimos abaixo a título de ilustração.

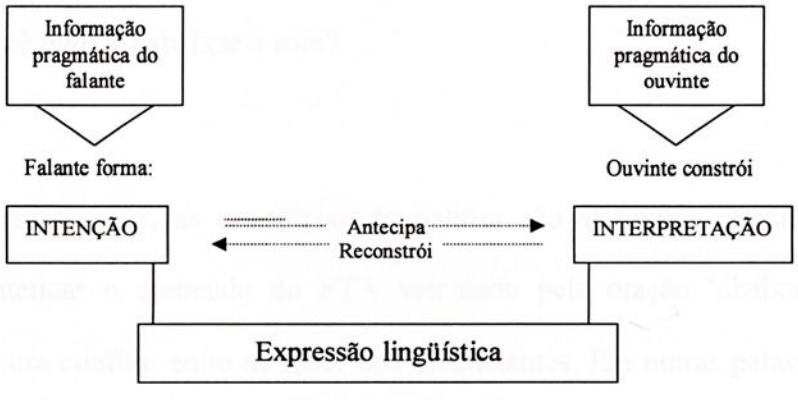


Figura 1 – Modelo de Interação verbal (DIK, 1989, p. 8)

A preservação da face, materializada na expressão lingüística, é resultado da antecipação que o falante faz da possível interpretação do ouvinte sobre seu ato. Essa antecipação só é possível a partir da informação pragmática do falante que, como vimos anteriormente, inclui um certo conhecimento a respeito da

informação pragmática do ouvinte. Ainda, a interpretação do ouvinte tanto do FTA como da estratégia usada para repará-lo, depende unicamente de sua informação pragmática.

Para amenizar os efeitos dos FTAs, o sistema lingüístico desenvolve mecanismos capazes de promover tal atenuação, as estratégias de polidez. Ao diminuir os efeitos dos FTAs, as estratégias de polidez permitem aos interactantes preservar a face ameaçada, garantindo o bom fluxo da interação. É o que pode ser observado nos exemplos abaixo:

(01) Abaixa o som, ***por favor***

(02) Você ***poderia*** abaixar o som?

Nesses casos, as estratégias de polidez são estruturas lingüísticas que podem atenuar o conteúdo do FTA veiculado pela oração 'abaixa o som', evitando um conflito entre as faces dos interactantes. Em outras palavras, é por meio do uso das estratégias de polidez que os interactantes conseguem comunicar, ao mesmo tempo, sua mensagem inicial e a intenção de ser polido. Assim, na proposta de Brown e Levinson, a polidez deve ser entendida como o ato de preservação da face.

Brown e Levinson concebem a interação verbal como uma atividade inerentemente ameaçadora da face. Para esses autores, assim como para Goffman

(1967 *apud* BROWN e LEVINSON, 1987), o simples fato de os indivíduos entrarem em contato provoca um desequilíbrio das faces, e, por esta razão, a interação em si constitui uma atividade de proteção à face. Assim, o jogo de preservação da face deve ser entendido como um processo que ocorre durante toda a interação verbal, dada a vulnerabilidade da face e a reconhecida intenção dos interactantes de cooperarem mutuamente para sua manutenção. Isso implica em afirmar que, mesmo não explicitamente, os participantes da interação estão o tempo todo monitorando as faces uns dos outros, e sempre que necessário, usam as estratégias para afastar a possibilidade de conflito entre as faces.

Todavia, quando o falante enuncia um FTA, a ameaça à face é mais evidente. Portanto, o falante deve determinar o grau de ameaça do FTA e a extensão de seu efeito, para então selecionar uma estratégia adequada para preservar a face ameaçada.

A atividade de preservação da face deve ser entendida, então, como parte fundamental da interação verbal, já que depende do equilíbrio das faces envolvidas o sucesso da interação.

Há pouco entendimento entre os teóricos a respeito do que seria uma definição adequada do termo *polidez*. A dificuldade de se estabelecer essa definição se deve ao fato de o conceito sofrer uma complexa variação cultural.

Tanto na visão de Lakoff e Leech, quanto na de Fraser e Nolen, a polidez é concebida como um conjunto de normas sociais que regula o comportamento

dos indivíduos na vida em sociedade. Dessa maneira, a polidez vai determinar o modo de agir e pensar dos indivíduos em uma determinada situação. Essa visão reflete a concepção histórica do que os indivíduos geralmente entendem por polidez. Ou seja, a polidez ocorre quando o indivíduo age em congruência com normas sociais pré-estabelecidas, instituídas pela sociedade.

Brown e Levinson, por outro lado, abandonam a noção de polidez como norma de comportamento, propondo polidez como preservação da face. Para esses autores, a preservação da face é uma atividade dinâmica e interativa, usada na interação para fins específicos e, principalmente, para assegurar o sucesso da interação.

Podemos afirmar, portanto, que nas abordagens que entendem a polidez como norma social, a polidez é considerada como uma obrigação social do indivíduo para com o grupo. Já na concepção de Brown e Levinson, a polidez constitui-se como uma atividade orientada para o indivíduo.

Apesar das diferenças, as três concepções apresentadas aqui concordam que a polidez é um fenômeno sociocultural universal que se manifesta em contextos sociais específicos. Geralmente a polidez é expressa por estruturas gramaticais que veiculam uma certa força ilocucionária, determinada por convenções pragmáticas reconhecidas por uma sociedade particular. Além disso, o uso das estratégias de polidez está diretamente ligado aos efeitos perlocucionários que produzem em um determinado contexto.

unesp

As três abordagens mencionadas aqui se assemelham ainda por reconhecerem a existência de determinadas categorias de atos (pedidos, ordens, etc.) que podem causar danos à interação e, por conseguinte, devem ser reparados por meio das estratégias de polidez. Desse modo, a definição de FTAs elaborada por Brown e Levinson corresponde à noção dos atos identificados por Fraser e Nolen, Lakoff e Leech como sendo aqueles que podem oferecer algum tipo de risco à conversação.

Neste trabalho consideramos a proposta tal como desenvolvida por Brown e Levinson (1987), uma vez que acreditamos, segundo os autores, que a polidez vai além da noção de comportamento social, constituindo uma atividade (preservação das faces) realizada em função da interação. Reconhecemos ainda a existência de determinados atos que ameaçam a face dos interlocutores, os FTAs, e entendemos as estratégias de polidez como os mecanismos utilizados na interação para atenuar os efeitos indesejados que determinados atos acarretam, podendo oferecer algum tipo de ameaça à face dos interlocutores.

unesp

CAPÍTULO 4

AS ESTRATÉGIAS DE POLIDEZ ATUALIZADAS PELAS CONDICIONAIS

4.1. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

O objetivo principal deste estudo é descrever e analisar as construções condicionais que, devido ao grau de hipoteticidade que veiculam, são usadas para atenuar um enunciado, promovendo assim a preservação de uma das faces envolvidas na interação.

Ao observar as condicionais e o modo como atuam no discurso, percebemos que, apesar de serem utilizadas com o propósito de preservar a face de um dos interactantes, o efeito de sentido produzido pelas orações condicionais pode variar dependendo de como essas orações se relacionam com a oração núcleo. Essa diferença pode ser observada nas seguintes ocorrências.

(01) mas você devia procurar então... **se você é uma pessoa tão aberta**... como que eu acho que você...procura ser pelo menos... **você devia procurar se relacionar então com pessoas fora da colônia israelita**... (D2/RJ/147)

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

(02) ela forma engenheiros mecânicos, civis, ah...engenheiros de minas, engenheiro...mecânico, civil, minas, eletrotécnica...**sao quatro, se não me engano são quatro cursos** (DID/08/PA)

Na ocorrência (01), ao atenuar o valor deôntico expresso pela oração núcleo, o uso da oração condicional acarreta a diminuição da força ilocucionária do ato veiculado pela oração núcleo. Já na ocorrência (02), a oração condicional é usada para atenuar o conteúdo proposicional da oração núcleo, e não a força ilocucionária como em (01). Assim, percebemos que a preservação da face por meio da condicional pode ser obtida por diferentes formas de manifestação da hipoteticidade.

Tendo em vista tais considerações e as diferenças percebidas entre condicionais como (01) e (02) acima, pretendemos, a partir da descrição e análise das condicionais do córpus, explicar as propriedades subjacentes ao uso dessas construções a fim de saber se esses dois tipos de condicional são subtipos de um mesmo fenômeno – a polidez –, ou se constituem, de fato, fenômenos distintos, e, assim, procurar então entender a relação entre a manifestação de polidez e a atividade de preservação da face.

Todas as ocorrências de condicionais que compõem o nosso córpus serão consideradas, inicialmente, estratégias de polidez, tendo em vista a definição de polidez apresentada por Brown e Levinson (1987). Contudo, levando em conta que as condicionais, como as ocorrências acima, apresentaram diferenças funcionais, dividimos esses dois tipos de condicional em dois grupos, segundo o

tipo de estratégia de polidez que atualizam, para assim procedermos à análise das estratégias:

(i) **Estratégias de polidez 1**: a este grupo pertencem as condicionais que atenuam um enunciado, acarretando a diminuição de sua força ilocucionária, como a ocorrência (01) acima;

(ii) **Estratégias de polidez 2**: nesta categoria foram colocadas todas as condicionais que têm a função de atenuar o conteúdo proposicional de um enunciado, como a ocorrência (02).

4.2. APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA

Neste trabalho analisamos as construções condicionais introduzidas pela conjunção *se*, realizadas com a função de promover a atenuação de um enunciado, permitindo ao falante preservar a face de um dos interactantes.

O córpus deste trabalho é composto por dados do português oral do Brasil, constituindo-se de um total de 54 inquéritos, coletados no banco de dados do Projeto NURC/Brasil (Norma Urbana Culta), considerando as três modalidades que formam o córpus original: EF (elocução formal), DID (entrevista entre documentador e informante) e D2 (entrevista entre documentador e dois informantes), provenientes de cinco capitais brasileiras: Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre, São Paulo e Recife.

unesp

Foram encontradas, no córpus deste trabalho, 57 ocorrências de construções em que as orações condicionais atuam como uma estratégia de polidez. As orações condicionais foram, então, classificadas e codificadas segundo funções e fatores que acreditamos exercer alguma influência sobre esse determinado tipo de condicional.

Assim, as condicionais foram analisadas segundo os fatores: (1) posição, (2) grau de hipoteticidade, (3) tempo-modo da oração condicional, (4) tempo-modo da oração núcleo, (5) presença de modalização epistêmica ou deôntica na oração condicional, (6) presença de modalização epistêmica ou deôntica na oração núcleo e (7) camada de atuação da condicional.

No que diz respeito à posição da oração condicional, pretendemos verificar se a função desempenhada pela condicional exerce algum tipo de influência na ordem em que as orações condicionais ocorrem em relação à oração núcleo. Neste trabalho consideraremos as posições anteposta, intercalada e posposta. Tendo em vista a estrutura SVO da oração núcleo, serão consideradas antepostas as condicionais que ocorrerem na posição *SE X*, [SVO] e pospostas as que ocorrerem na posição [SVO], *SE X*. Por sua vez, serão consideradas intercaladas as condicionais que ocorrerem no interior da estrutura SVO, como por exemplo nas posições S[*SE X*]VO, SV[*SE X*]O.

Quanto ao grau de hipoteticidade, uma vez que a polidez está associada à hipoteticidade das condicionais, verificaremos a relação entre polidez e hipoteticidade, sendo que nossa hipótese é a de que quanto maior for o grau de hipoteticidade da condicional, maior será o grau de polidez da estratégia por ela realizada.

Sobre os tempos e modos verbais, acreditamos que esses desempenham um papel fundamental na expressão da polidez. Primeiramente porque o grau de hipoteticidade da condicional é marcado pelos tempos e modos que a configuram; em segundo lugar, porque alguns tempos e modos podem atuar, eles próprios, como estratégias de polidez.

No tangente à presença de modalização epistêmica ou deôntica, sua investigação se faz necessária na medida em que os modalizadores epistêmicos podem atuar como diluidores da força ilocucionária, aumentando o grau de polidez das estratégias. Por outro lado, os marcadores deônticos, ao exprimirem os valores de permissão e obrigação, podem acentuar o grau da ameaça do ato veiculado pela oração núcleo.

Por fim, acreditamos que a distribuição das condicionais nas camadas da oração como proposto pela GF será fundamental para a distinção das estratégias de polidez atualizadas pelas orações condicionais.

Após a classificação e codificação, os dados foram processados por meio de alguns programas do pacote *Varbrul* (Makecell, Crosstab, Checktok,

unesp

Readtok).[1] O cruzamento dos grupos de fatores possibilitou a caracterização dos tipos de estratégias atualizadas pelas condicionais. Além disso, a partir do cruzamento entre um grupo de fatores e outro, é possível observar as correlações existentes entre esses grupos, que serão consideradas na análise qualitativa a seguir.

4.3. ANÁLISE DOS DADOS

Brown e Levinson (op. cit.) afirmam que o discurso constitui, ele próprio, uma atividade inerentemente ameaçadora da face, uma vez que o simples fato de os indivíduos entrarem em contato pode provocar um desequilíbrio entre as faces envolvidas. Por essa razão, ao se engajarem em uma conversação, os indivíduos estão sempre atentos às necessidades da face: é de interesse geral atender essas necessidades e, assim, assegurar o sucesso da interação. Daí a afirmação, também desses autores, de que o discurso tem duas orientações, uma defensiva, em que o falante enuncia estratégias para preservar a própria face, e uma protetora, em que o falante usa estratégias para proteger a face do ouvinte.

As condicionais realizadas como estratégias de polidez são utilizadas, então, em contextos nos quais a proposição enunciada oferece algum risco à face dos participantes envolvidos na interação. Neste capítulo, mostraremos como as

[1] Como este não é um trabalho de variação lingüística, alguns programas foram desconsiderados.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

condicionais e suas características formais são usadas, em contextos reais de uso da língua, para proceder à atividade de proteção da face dos interactantes.

4.3.1. AS ESTRATÉGIAS DE POLIDEZ 1

No córpus analisado para este trabalho, encontramos 13 ocorrências de condicionais que, ao promoverem a atenuação da força ilocucionária de um ato, protegem a face do ouvinte. É o que podemos ver no caso abaixo, em que a condicional é usada para abrandar a força ilocucionária de uma oferta, considerada impositiva para a face do ouvinte.

(03) neu me lembro é um problema de ladrão... mas foi em outra casa que eu morei na rua dezenove de fevereiro... **se você quiser que eu descreva essa casa... eu também descrevo**... essa era ( ) horrível... essa era uma casa desagradável... porque era uma casa muito mal construída (DID/RJ/233)

Observando as 13 ocorrências de condicionais de polidez no córpus, é possível distinguir cinco diferentes contextos nos quais a hipoteticidade expressa pela oração condicional é utilizada como uma estratégia de polidez, evitando assim um possível conflito entre as faces dos interactantes.

O primeiro contexto que observamos é aquele em que a oração condicional é utilizada para atualizar um *pedido*. Ao propor uma ação ao ouvinte, o falante ameaça a face desse ouvinte, no que diz respeito à liberdade de ação.

Nesse caso, por meio da alternatividade expressa pela oração condicional, o falante deixa explícito ao ouvinte que a ação veiculada pela oração núcleo não lhe está sendo imposta, i.e., o falante oferece ao ouvinte a opção entre realizar ou não essa ação. É o que se verifica na seguinte ocorrência:

(04) se você parar... por... acabou a inspiração... aí eu posso lhe fazer uma perguntinha para engrenar outra vez... entendeu... mas **se você falasse quarenta minutos sem nenhuma interferência nossa... perfeito... tanto melhor...** (DID/RJ/135)

Observe que, em (04), a intenção do falante pode ser entendida como "eu quero que você fale quarenta minutos..." ou ainda "você deve falar quarenta minutos...". No entanto, um enunciado nesses moldes caracterizaria uma ordem, que confrontaria a liberdade de ação, podendo causar um conflito entre as faces dos interactantes. Para assegurar o sucesso da interação, o falante usa a oração condicional para proteger a face do ouvinte e assim garantir sua participação da forma desejada.

Um outro contexto em que podemos observar o uso da condicional como uma estratégia de polidez é aquele no qual a condicional é usada para fazer uma *recusa*. Nessa situação, o falante quer se recusar a fazer alguma coisa e ao mesmo tempo se mostrar atento às necessidades da face do ouvinte. Veja a ocorrência abaixo.

(05) se você procurasse umA característica especial pra Botafogo... eu acho que eu não poderia dar de pronto assim... eu tinha que pensar muito porque não aparece... **talvez se você tivesse me perguntado do Catete... Largo do Machado... eu talvez pudesse dizer alguma coisa...** porque eu acho que o Catete tem um bocado de fisionomia... não é? você já foi ao Lamas? (DID/RJ/233)

Nesses casos, as orações condicionais são utilizadas para evitar a força de um enunciado negativo que poderia ter um efeito indesejado na interação, ameaçando a face do ouvinte no que concerne a sua necessidade de ser apreciado e aprovado. Em (05), ao utilizar a condicional, o falante, indiretamente, se recusa a falar sobre o tópico sugerido pelo documentador, e, ainda, sugere um tópico que julga mais apropriado. Assim, o falante procura diminuir os efeitos que uma recusa poderia ter sobre a face do ouvinte, afastando, dessa maneira, um possível conflito entre as faces.

Já no terceiro contexto de uso da oração condicional como estratégia de polidez, a condicional é utilizada para introduzir uma *sugestão*. A sugestão, tal qual o pedido, interfere na liberdade de ação do ouvinte. A diferença entre esses dois atos de ameaça à face é que a sugestão tem uma força maior que o pedido: enquanto no pedido o ouvinte assume uma posição de superioridade em relação ao falante, na sugestão o falante é que está em uma posição de controle. Isso se deve ao fato de que a sugestão consiste na enunciação da opinião do falante, ao passo que no contexto do pedido, o falante depende, de alguma forma, da participação do ouvinte, e por isso o ouvinte está em uma posição de poder.

No caso da sugestão, o falante usa a hipoteticidade da condicional para expressar sua opinião como uma alternativa, ao invés de simplesmente afirmá-la, demonstrando, assim, estar atento às necessidades da face do ouvinte. É o que vemos na ocorrência a seguir.

(06) L1: o professor lá tem maior padrão de vida...
[
L2: tem... porque lá você não tem problema de transporte porque a cidade é pequena **você <u>se quiser</u> vai a pé**... a universidade é no centro da cidade...
L1: apesar que tem aí um outro ângulo pra você analisar... depois eu vou comentar com você...
(D2/RJ/355)

Nessa ocorrência, assim como na outra ocorrência de condicional de sugestão encontrada no córpus, o *você* usado na oração núcleo, sugere uma interpretação ambígua, isto é, pode-se entender o *você* como se referindo ao interlocutor presente na interação, mas o *você* também pode ser entendido como um *você* genérico, não direcionado a um interlocutor. Na leitura do *você* genérico, a condicional perderia a forma de sugestão, consistindo na expressão de uma possibilidade.

Note que a opcionalidade expressa pela oração condicional é acentuada pelo uso do verbo *querer*, que tem o traço + volitivo, associado a desejo, vontade, etc. Esse é também o caso da seguinte ocorrência:

unesp

(07) eu sei que, o comércio de copacabana hoje em dia não é um bom comércio. **se você quiser uma coisa mais fina, ou, andar na moda, direitinho tudo, você tem que ir pra outro lugar pra procurar**. não gosto mais do comércio daqui não (DID/RJ/140/REC)

No quarto contexto observado neste trabalho, a oração condicional é usada para realizar uma *oferta*. Nesses casos, a hipoteticidade da condicional, assim como no pedido e na sugestão, permite ao ouvinte preservar a face do falante no que diz respeito a sua liberdade de ação. Mais uma vez, o grau de hipoteticidade da condicional está associado à expressão de opcionalidade, ou seja, o ouvinte pode ou não aceitar aquilo que lhe está sendo oferecido. A ocorrência abaixo ilustra esse caso.

(08) neu me lembro é um problema de ladrão... mas foi em outra casa que eu morei na rua Dezenove de Fevereiro... **se você quiser que eu descreva essa casa... eu também descrevo...** essa era ( ) horrível... essa era uma casa desagradável... porque era uma casa muito mal construída (DID/RJ/233)

Por fim, nas ocorrências observadas, a oração condicional pode ser usada ainda para realizar uma *permissão*. No contexto de uma permissão o falante, ou aquele que permite, assume uma posição de controle sobre o ouvinte; por essa razão a permissão consiste em uma ameaça potencial à face desse. A não ser em casos em que as condições de felicidade permitam essa assimetria entre os interactantes (como uma conversação entre patrão e empregado, por exemplo) a permissão pode provocar o desequilíbrio entre as faces envolvidas, daí o uso da

condicional para diminuir a força desse enunciado. É o que podemos ver na ocorrência abaixo, em que o falante usa a alternatividade característica da construção condicional para introduzir sua permissão no contexto comunicativo.

(09) d : infelizmente... nós temos... eh... agora... a partir daí... **se você quiser falar sobre outras coisas... você está completamente livre...** que nós vamos conversar da seguinte maneira. (DID/RJ/135)

Veja que se compararmos os diferentes contextos acima descritos, perceberemos que, apesar de todos oferecerem algum tipo de risco à face do ouvinte, o efeito que eles produzem na interação é diferente. Na verdade, a diferença entre eles está na força ilocucionária, devido a características definidoras de cada um dos tipos de ato. Assim, em função da força ilocucionária dos atos identificados é possível verificar uma diferença no grau da ameaça provocada pelo ato: a permissão e a sugestão são mais ameaçadoras que a oferta e o pedido, uma vez que nos primeiros o falante assume uma posição de maior controle que o ouvinte.

As considerações feitas até o momento sobre o uso da condicional como estratégia de polidez demonstram o que afirmamos anteriormente, no *Capítulo 2*, quando discutimos a forma e a função da oração condicional: nas condicionais sob exame neste trabalho não se verifica a expressão de condicionalidade lógica que caracteriza as condicionais prototípicas, em que a proposição *p* contrai uma relação lógico-semântica com a proposição *q*. Como no exemplo:

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

(10) é impressionante isso... porque você no caso de um incêndio... você não vai se trancar num elevador... você vai usar a escada... agora... **se a escada estiver tomada... você não tem passagem**... (DID/RJ/084)

em que a condicional 'se a escada estiver tomada' acarreta, necessariamente, a conseqüência enunciada pela oração núcleo 'você não tem passagem'.

Ao contrário, nas condicionais analisadas, a relação de condição está associada à adequação comunicativa, como propõe Dik (1990), ao afirmar que a oração condicional pode oferecer a condição de adequação comunicativa para a realização do ato expresso pela apódose. Ou seja, a oração condicional cria um quadro dentro do qual é comunicativamente relevante enunciar um determinado ato. Esse é o caso das condicionais deste córpus: elas não exprimem uma condição necessária para a realização do conteúdo da oração núcleo, mas condicionam, comunicativamente, o ato de fala expresso por essa oração, como na seguinte ocorrência:

(11) claro, eu também acho, **se vocês permitirem eu só vou faze(r) uma uma observação que pra mim é bastante importante**: o ensino é a projeção é a projeção sempre necessariamente, (D2/PA/120)

Note que, nesses casos, a oração condicional tem um efeito retórico: a não ser em uma situação específica, o falante não busca, de fato, a permissão do

ouvinte para falar alguma coisa, tanto que logo após a condicional ele emite a opinião para a qual pediu permissão.

Ao observar os cinco diferentes contextos de uso da condicional identificados, percebemos que, em todos os casos, a oração condicional se relaciona do mesmo modo com a oração núcleo. Em outras palavras, o uso da oração condicional nesses contextos está sempre associado à expressão da opcionalidade/alternatividade decorrente do grau de hipoteticidade característico a essas construções. Essa alternatividade/opcionalidade se deve ao fato de que a estrutura da oração condicional concebe o enunciado como algo possível, que pode ou não ocorrer, e não como um fato dado.

Além disso, a situação hipotética que a oração condicional cria promove um certo distanciamento cognitivo entre o falante e seu enunciado. Nesse caso, ao se distanciar de seu enunciado, o falante coloca o ouvinte como o centro desse mundo mental[2], procurando assim diminuir os efeitos indesejados que o ato veiculado pela oração núcleo poderia causar, preservando, então, a face do ouvinte. Isso pode ser observado na seguinte ocorrência:

(12) sempre gostei muito de futebol aliás, eu até hoje gosto muito de futebol, assisto futebol e depois **se quiserem até posso dize(r) qual é o clube que eu pertenço se quise(rem)** mas...e de sorte também que por causa do futebol nós tínhamos certas regalias, (DID/PA/06)

[2] Werth (1997) chama essa situação hipotética de *submundo* para marcar a diferença entre o mundo real, que é a situação comunicativa, e o mundo mental criado pela oração condicional.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

Em (12) o falante cria a situação hipotética α (se 'vocês' quiserem) na qual β (até posso dize(r) qual é o clube que eu pertenço) acontece. Veja que em α, 'vocês' – o ouvinte – constitui o elemento central, e não mais o enunciador ("ego") como em uma outra enunciação qualquer.

É justamente esse distanciamento e a possibilidade de criar uma situação em que o ouvinte é tido como o centro da enunciação que faz da condicional um mecanismo bastante produtivo na expressão de polidez. Todavia, a função semântica da conjunção *se* não é a única responsável por promover esse distanciamento. Vários outros fatores colaboram para a expressão da polidez por meio da condicional. Isso nos leva à necessidade de um exame das características formais dessas construções, o que faremos a seguir, procurando esclarecer as possíveis relações entre esses aspectos e o uso da condicional de polidez 1.

4.3.1.1. A CORRELAÇÃO-MODO TEMPORAL

Os tempos e os modos verbais atualizados nas orações condicionais desempenham um papel fundamental na expressão da polidez por meio dessas estruturas. Neste trabalho, encontramos quatro diferentes correlações modo-temporais, como mostra a tabela a seguir:

Oração Condicional	Oração Núcleo	Total
futuro do subjuntivo	presente do indicativo	8
imperfeito do subjuntivo	imperfeito do subjuntivo	1
Presente do indicativo	presente do indicativo	1
Presente do indicativo	pretérito imperfeito do indicativo	1
Total		11[3]

Tabela 1 - As correlações modo-temporais nas estratégias de polidez 1

A partir desse quadro, constatamos uma preferência pelo uso de tempos do subjuntivo (futuro e pretérito imperfeito) para configurar a condicional de polidez 1. Acreditamos que essa preferência tenha duas razões.

Primeiramente, o uso de tempos do subjuntivo está associado à expressão de um maior grau de hipoteticidade, que, acreditamos, é mais produtivo para a manifestação da polidez, já que quanto maior for o grau de hipoteticidade, mais o enunciado é concebido como incerto.

Por outro lado, segundo afirma Koike (1989, 1992), os tempos do subjuntivo distanciam o ato de ameaça do momento da enunciação, e, por conseguinte, quanto maior for esse distanciamento, mais polido será o enunciado. Veja a ocorrência:

Futuro do subjuntivo-presente do indicativo:

[3] A diferença entre o total de condicionais de polidez e o total apresentado nessa tabela se deve ao fato de que algumas condicionais não apresentam oração núcleo desenvolvida com verbo.

(13) parece algo assim extremamente fora do contexto, nao tem sentido nenhum, nem, eu acho que nem vale a pena se **quiserem** a gente **pode** discutir, pode (D2/PA/120)

Ao codificar a condicional com o futuro do subjuntivo, o falante evita fazer uma afirmação categórica, que poderia ser mais impositiva, causando uma maior ameaça à face do ouvinte. O uso do futuro do subjuntivo permite ao falante apresentar o conteúdo da oração núcleo como algo possível de ocorrer, e não como algo certo. Assim, quanto menor for a factualidade do enunciado, maior será o grau de polidez.

Houve, ainda, ocorrências de condicionais de polidez no presente do indicativo. Além disso, houve uma construção que não apresentou a oração núcleo desenvolvida com verbo. É o que se verifica a seguir:

(14) se você parar... por... acabou a inspiração... aí eu posso lhe fazer uma perguntinha para engrenar outra vez... entendeu... mas **se você falasse quarenta minutos sem nenhuma interferência nossa... perfeito... tanto melhor...** (DID/RJ/135)

As orações núcleo, por sua vez, ocorreram, em sua maioria, no presente do indicativo, havendo também orações núcleo no imperfeito do indicativo, presente do indicativo e imperfeito do subjuntivo. A seguir, apresentamos as ocorrências para as correlações modo-temporais entre a condicional e a oração núcleo identificadas neste trabalho.

Futuro do subjuntivo-presente do indicativo:

(15) parece algo assim extremamente fora do contexto, nao tem sentido nenhum, nem, eu acho que nem vale a pena se **quiserem** a gente **pode** discutir, pode (D2/PA/120)

Pretérito imperfeito do subjuntivo-pretérito imperfeito do subjuntivo:

(16) talvez se você **tivesse** me perguntado do catete... largo do machado... eu talvez **pudesse** dizer alguma coisa... porque eu acho que o catete tem um bocado de fisionomia... não é? você já foi ao lamas? (DID/RJ/233)

Presente do indicativo -pretérito imperfeito do indicativo:

(17) porque eu punha os badulaques minha filha... eu ia pras reuniões da minhas ti/... das minhas tias em São Paulo... pegava jóias... pulseiras e ( ) colar... quer dizer... eu tinha um prazer... o prazer não era estético naquela época... era um prazer incrível... eh:... **era** um prazer quase erótico... se eu **posso** dizer assim... me olhar no espelho e me ver toda cheia de badulaques... sabe... desde aquela época que ( ) confusão psicológica... (D2/RJ/147)

Presente do indicativo-pretérito imperfeito do indicativo:

(18) mas você devia procurar então... se você **é** uma pessoa tão aberta... como que eu acho que você...procura ser pelo menos... você **devia procurar** se relacionar então com pessoas fora da colônia israelita... (D2/RJ/147)

Os tempos do modo subjuntivo podem ser considerados mais favoráveis à expressão de polidez, uma vez que estão associados ao valor de incerteza, como é

atestado em vários estudos sobre modalização epistêmica (GIVÓN, 1994), ao contrário dos tempos do indicativo, que exprimem desde um menor grau de incerteza até a certeza absoluta, caso do presente do indicativo.

Um outro aspecto relacionado à expressão de incerteza é a presença de modalizadores que confere à condicional um maior grau de hipoteticidade. É o que discutiremos na próxima seção.

4.3.1.2. PRESENÇA DE MODALIZAÇÃO

A modalidade, neste trabalho, é entendida como a expressão do julgamento que o falante faz acerca do conteúdo da proposição enunciada (NEVES, 1997b). Para a análise das condicionais de polidez, consideramos a presença de verbos e advérbios modais epistêmicos ou deônticos.

A relação entre modalização e polidez se dá em dois eixos: os modalizadores deônticos, relacionados aos valores de permissão e obrigação, integram atos que oferecem ameaça potencial à face dos interactantes, mais especificamente, à face do ouvinte. Por outro lado, a expressão de incerteza, um dos valores que a modalização epistêmica assume, serve para diminuir a força ilocucionária dos atos que podem oferecer algum tipo de ameaça à face de um dos interactantes.

Estudos sobre a manifestação da modalização epistêmica revelam que os modalizadores que marcam um menor grau de certeza favorecem o

unesp

descomprometimento do falante em relação a seu enunciado; por essa razão esses marcadores servem às funções de polidez, atuando como diluidores da força ilocucionária do ato de ameaça.

Nossa hipótese inicial era a de que as construções condicionais seriam freqüentemente marcadas por modalizadores epistêmicos e deônticos. No entanto, a freqüência de marcadores modais é bastante baixa. Na oração núcleo houve apenas duas ocorrências de modalização epistêmica e quatro de modalização deôntica. Já na oração condicional houve uma ocorrência de modalização epistêmica e duas ocorrências de condicional marcada por modalização deôntica.

No que diz respeito à presença de modalização na oração núcleo, nas ocorrências de modalização epistêmica trata-se do verbo modal *poder* e do advérbio *talvez*, indicando possibilidade, na seguinte ocorrência.

(19) talvez se você tivesse me perguntado do catete... largo do machado... eu **talvez pudesse** dizer alguma coisa... porque eu acho que o catete tem um bocado de fisionomia... não é? você já foi ao lamas? (DID/RJ/233)

Já a modalização deôntica na oração núcleo foi marcada pelos verbos *ter que* e *dever*, com valor de obrigação. É o que mostram as ocorrências, respectivamente:

(20) eu sei que, o comércio de copacabana hoje em dia não é um bom comércio. se você quiser uma coisa mais fina, ou, andar na moda, direitinho tudo, você **tem que** ir pra outro lugar pra procurar. não gosto mais do comércio daqui não.

(DID/RJ/140/REC)

(21) mas você devia procurar então... se você é uma pessoa tão aberta... como que eu acho que você...procura ser pelo menos... você **devia** procurar se relacionar então com pessoas fora da colônia israelita... (D2/RJ/147)

Por sua vez, a modalização deôntica na oração condicional foi expressa pelos verbos *permitir* e *poder* com valor de permissão:

(22) claro, eu também acho, se vocês **permitirem** eu só vou faze(r) uma uma observação que pra mim é bastante importante: o ensino é a projeção é a projeção sempre necessariamente (D2/PA/120)

(23) era um prazer incrível... eh:... era um prazer quase erótico... se eu **posso** dizer assim...me olhar no espelho e me ver toda cheia de badulaques... sabe... desde aquela época que ( ) confusão psicológica... (D2/RJ/147)

Já a modalização epistêmica na condicional foi marcada pelo advérbio talvez, na ocorrência:

(24) **talvez** se você tivesse me perguntado do catete... largo do machado... eu talvez pudesse dizer alguma coisa... porque eu acho que o catete tem um bocado de fisionomia... não é? você já foi ao lamas? (DID/RJ/233)

Em relação à baixa ocorrência de modalizadores epistêmicos nas construções condicionais realizadas como estratégias de polidez 1, acreditamos que tal fato se deva à propriedade de os tempos e modo verbais que configuraram as estratégias de atualizarem, eles próprios, esse valor. Já quanto à modalização deôntica, podemos dizer que sua baixa freqüência decorre do fato de que o

modalizador deôntico expressa valores de obrigação e permissão, valores contrários àqueles que o falante tem a intenção de expressar ao utilizar a condicional como estratégia de polidez, o que revela o cuidado do falante ao estruturar seu enunciado da maneira a melhor lhe servir.

A presença de modalização epistêmica ou deôntica, assim como os tempos e modos verbais que configuram as construções condicionais, estão intimamente ligados ao grau de hipoteticidade manifesto por essas orações. É o que mostraremos a seguir.

4.3.1.3. GRAU DE HIPOTETICIDADE

Dentre as 13 ocorrências de condicionais analisadas, houve somente um caso de condicional contrafactual, que expressa um fato irreal. Segue abaixo a ocorrência desse caso.

(25) **talvez se você tivesse me perguntado do catete... largo do machado... eu talvez pudesse dizer alguma coisa**... porque eu acho que o catete tem um bocado de fisionomia... não é? você já foi ao lamas? (DID/RJ/233)

Não houve nenhuma ocorrência de condicional factual, o que não nos surpreende. Uma vez que a factualidade implica a expressão de um menor grau

de hipoteticidade, acreditamos que esse tipo de condicional não serviria à função comunicativa de polidez.

Assim, as condicionais potenciais são o tipo de condicional favorito para a expressão da polidez. Essa preferência pela condicional potencial, acreditamos, está ligada ao fato de que a condicional contrafactual está sob o domínio da irrealidade, a factualidade repousa sobre a realidade, ao passo que a condicional potencial está associada à possibilidade, que seria a forma mediada de expressar um fato sem se comprometer. Segue abaixo uma ocorrência de condicional potencial:

(26) neu me lembro é um problema de ladrão... mas foi em outra casa que eu morei na rua dezenove de fevereiro... **se você quiser que eu descreva essa casa**... **eu também descrevo**... essa era ( ) horrível... essa era uma casa desagradável... porque era uma casa muito mal construída (DID/RJ/233)

Os tipos de condicional segundo o grau de hipoteticidade também sugerem um contínuo de polidez, indo da condicional contrafactual à condicional factual, passando pelas condicionais potenciais.

Um outro fator bastante importante no que diz respeito às condicionais é a posição em que a prótase pode ocorrer em relação à apódose, como veremos em seguida.

4.3.1.4. POSIÇÃO DA CONDICIONAL

A análise da posição das orações condicionais que se realizaram como estratégias de polidez no córpus deste trabalho confirma a tendência de a oração condicional se antepor em relação à oração núcleo.

Anteposta	Posposta	Intercalada	Sem núcleo	Total
11	0	1	1	13

Tabela 2 – Posição da condicional nas estratégias de polidez 1

Sobre o posicionamento da condicional, como afirma Hirata (1999), pode-se perceber que a posição da condicional está relacionada mais a fatores discursivos que estruturais. Lembrando que esses fatores refletem a escolha do falante, pode-se pensar que as condicionais antepostas serviriam melhor às funções de polidez desejadas pelo falante, ao contrário da oração posposta, que poderia ser considerada menos polida, ao introduzir o ato de ameaça na situação comunicativa antes de expressar a alternativa ao ouvinte, daí a não ocorrência desse tipo de condicional no córpus. Confira as ocorrências:

Anteposta:

(27) eu sei que, o comércio de copacabana hoje em dia não é um bom comércio. **se você quiser uma coisa mais fina, ou, andar na moda, direitinho tudo, você tem que ir pra outro lugar pra procurar**. não

gosto mais do comércio daqui não. (DID/RJ/140/REC)

Intercalada:

(28) tem... porque lá você não tem problema de transporte porque a cidade é pequena **você <u>se quiser</u> vai a pé**... a universidade é no centro da cidade... (D2/RJ/355)

Por fim, as orações sem núcleo, segundo Ford (1997), são usadas em situações nas quais parecem ser suficientes para conferir o sentido de polidez desejado pelo falante, como na ocorrência abaixo:

(29) bom...talharim...lasanha...ravióli...ou **<u>se você quiser incluir pastéis e empadas também no/no setor das massas</u>**...agora engorda muito (DID/RJ/02)

A partir do que foi exposto acima, verifica-se que há uma variação no grau de polidez das estratégias, conforme a posição da condicional. Assim, as condicionais antepostas seriam as mais polidas, seguidas pelas intercaladas e finalizadas pelas condicionais pospostas. As sem núcleo transitariam nesse contínuo, uma vez que seu sentido de polidez dependeria também da interpretação do falante.

Por fim, as condicionais serão analisadas ainda segundo a relação semântica da oração condicional, que, por sua vez, irá determinar a distribuição

do satélite condicional nas camadas da Gramática Funcional, nos termos de Dik (1989).

4.3.1.5. TIPOS DE SATÉLITE

Dentre as 13 ocorrências de condicionais de polidez 1, observamos que 10 são satélites **ilocucionários**, na medida em que a oração condicional cria um quadro no qual o ato de fala expresso pela oração núcleo se realiza. É o que podemos ver na ocorrência (31).

(30) mas você devia procurar então... **se você é uma pessoa tão aberta...** como que eu acho que você...procura ser pelo menos... **você devia procurar se relacionar então com pessoas fora da colônia israelita...** (D2/RJ/147)

Houve, ainda, duas ocorrências de condicionais como satélites **oracionais**, os quais especificam as condições de felicidade do ato de fala realizado pela oração núcleo como na ocorrência (32) a seguir.

(31) claro, eu também acho, **se vocês permitirem eu só vou faze(r) uma uma observação que pra mim é bastante importante**: o ensino é a projeção é a projeção sempre necessariamente, (D2/PA/120)

A partir das ocorrências acima, observamos que as orações condicionais classificadas como estratégias de polidez 1 contribuem de modo diferenciado para a oração com a qual se relacionam.

Os tipos de satélites que a condicional de polidez 1 atualiza somente reforçam o que discutimos anteriormente: a condicional de polidez 1 não está associada à expressão de condicionalidade lógica, mas sim, à expressão de condicionalidade comunicativa. Este fato demonstra a necessidade de se considerar a condicional num contexto maior do que os limites da construção condicional, já que a expressão de polidez, apesar de emergir da relação entre a condicional e a oração núcleo, tem um efeito muito mais amplo, sendo que todo o discurso subseqüente, e não somente a oração núcleo, recai sob seu escopo.

Apesar de o ato de ameaça ser veiculado pela oração núcleo, a condicional produz efeito sob todo o discurso, o que pode ser observado na ocorrência abaixo.

(32) claro, eu também acho, **se vocês permitirem eu só vou faze(r) uma uma observação que pra mim é bastante importante**: o ensino é a projeção é a projeção sempre necessariamente, é a projeção oficiosa, não diria oficial, mas projeção oficiosa de um determinado contexto social, político, econômico, religioso, de uma determinada sociedade, então, o ensino o que que é? o ensino é a tentativa que a sociedade faz, de buscar aqueles instrumentos necessários para que novos elementos se adequem a essa sociedade, não é verdade? não é isso? não é esta a função do ensino? (D2/PA/120)

unesp

Observe que o ato que poderia causar uma potencial ameaça à face do ouvinte é expresso pela oração núcleo 'vou faze(r) uma uma observação que pra mim é bastante importante', mas na verdade a opinião para a qual o falante pede permissão para emitir vem no discurso seguinte. Esse fato vem ao encontro das idéias de Matthiessen e Thompson (1988) sobre a atuação das orações complexas e a necessidade de compreender o fenômeno dentro do discurso como um todo.

Assim acreditamos que a polidez também não deve ser considerada, no caso específico das estratégias sob exame neste trabalho, apenas no âmbito da relação entre a condicional e a oração núcleo, mas no nível do discurso como um todo.

Um outro tipo de condicional que pode ser usado com a função de preservar a face dos interactantes é aquele em que a condicional favorece o descomprometimento do falante com a verdade da proposição enunciada, a qual analisaremos a seguir.

4.3.2. AS ESTRATÉGIAS DE POLIDEZ 2

No contexto das estratégias de polidez 2, a condicional ativa uma estratégia de descomprometimento, atuando como um modalizador epistêmico, usado para expressar a atitude do falante em relação à verdade da proposição da oração núcleo. É o que podemos observar no caso abaixo.

(33) quais as ligações? não ouvir e falar? ela não ouve, mas fala? bom, isso aí pode tem conheço um caso aqui na universidade, que é o, **se eu não me engano, ele é o presidente do, associação ou sindicato dos surdos e mudos** (DID/09/PA)

Ao introduzir sua proposição em termos hipotéticos, o falante coloca seu enunciado sob o domínio do valor de incerteza, descomprometendo-se, dessa maneira, com a verdade dessa proposição. Esse tipo de estratégia foi atualizado também por outros três estruturas de condicionais:

(34) **o que é o regime sindical nos estados unidos é no, se não me falha a memória, terceiro conto, quarto conto,** uma coisa assim, (D2/PA/365)

(35) é um livro: em que o éri veríssim/ o érico veríssimo... **relata uns episódios acho que da guerra civil espanhola se eu... se tô bem lembrado...** e aí no: na manhã seguinte então:... voltei ao... à casa de saúde (DID/RJ/71)

(36) uma dificuldade de se dizer este humano, de dizer o humano desta forma então vejam **se essa minha premissa é correta, se essa minha premissa é correta, e esse dizer humano vai se colocar em diversos níveis**, a nível do social, nível político, nível econômico, enfim a nível de toda a atividade humana, (D2/PA/120)

Segundo dissemos na seção 4.1 deste capítulo, observamos que, apesar de a condicional desempenhar a função de um atenuador diminuindo a força assertiva da oração núcleo, os efeitos acarretados pela condicional nesses contextos são diferentes daqueles produzidos pelas condicionais analisadas anteriormente.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

Ao observarmos as condicionais realizadas como estratégias de polidez 2, percebemos que, ao contrário das condicionais examinadas anteriormente, naquelas não verificamos a existência de um ato de ameaça veiculado na oração núcleo.

No contexto das condicionais com efeito de descomprometimento, o que ocorre é que o falante antecipa uma possível ameaça a sua própria face, caso seja constatada a falsidade de sua proposição e, por isso, ele estrutura sua assertiva na forma de um enunciado hipotético, que repousa sobre o plano da possibilidade. Ao fazê-lo, o falante evita uma afirmação categórica, e assim, apresenta sua informação como algo que pode ou não ser verdadeiro, descomprometendo- se, dessa maneira, com a verdade dessa proposição. Com isso o falante diminui a possibilidade de conflitos futuros, uma vez que não seja confirmada a verdade dessa proposição.

Lembrando que a modalidade epistêmica é definida "como os meios lingüísticos pelos quais o falante revela seu comprometimento em relação à verdade da proposição" (DALL'AGLIO-HATTNHER et al, 2001: 109), podemos afirmar, portanto, que, nos casos em que o falante utiliza a oração condicional para descomprometer-se com a verdade do conteúdo expresso pela oração núcleo, a oração condicional atua como modalizador epistêmico daquelas orações em que ocorre. Veja a ocorrência a seguir.

unesp

(37) então fizeram...quatro ou cinco departamentos de medicina...cirurgia...neuropsiquiatria...e **se não me engano pediatria e puericultura ... é um departamento a parte**...então (DID/231/SA)

Note que a condicional pode ser substituída por outros marcadores modais como os verbos *acho que* e *parece que*, considerados como mecanismos reveladores da atitude do falante a respeito do conteúdo do seu enunciado, o que confirma o valor epistêmico de incerteza da condicional. Os exemplos abaixo ilustram essa possibilidade:

(37)a então fizeram...quatro ou cinco departamentos de medicina...cirurgia...neuropsiquiatria...**e acho que pediatria e puericultura ... é um departamento a parte**...então (DID/231/SA)

(37)b então fizeram...quatro ou cinco departamentos de medicina...cirurgia...neuropsiquiatria...e **parece que pediatria e puericultura ... é um departamento a parte**...então (DID/231/SA)

A relação entre modalização epistêmica e condicionalidade tem motivado discussões entre teóricos que tratam, principalmente, do grau de hipoteticidade das condicionais. Comrie (1986) sugere que, ao conceber um enunciado hipoteticamente, o falante já expressa sua incerteza quanto à probabilidade de ocorrência ou quanto à verdade desse enunciado. Givón (1994), em um estudo sobre o subjuntivo e a categoria *irrealis*, afirma que as condicionais são um dos mecanismos de expressão do sub-modo epistêmico da incerteza.

Essa relação entre incerteza e condicionalidade está ligada ao fato de que o valor semântico da conjunção *se* deixa em aberto o conteúdo da condicional e, conseqüentemente, o da oração núcleo. Em outras palavras, ao usar a conjunção *se*, mesmo nas condicionais factuais, que exprimem um menor grau de hipoteticidade, o falante concebe o enunciado como algo possível, que pode ou não ser verdade, e não como um fato dado.

No entanto, no caso das condicionais sob exame, esse valor de incerteza não parece ser decorrente apenas do domínio de atuação da conjunção condicional. Essas construções condicionais são uma espécie de expressão cristalizada. Assim, o valor de incerteza é construído no âmbito da relação que se estabelece entre os vários elementos que compõem a condicional do tipo 'se não em engano' e suas similares, como veremos a seguir na análise dos aspectos formais da condicional, em que investigaremos como os fatores sintático-semânticos das condicionais se relacionam com a estratégia comunicativa atualizada por essa construção. A partir dessa investigação, procuraremos entender como as funções comunicativas das condicionais podem exercer influência sobre sua forma.

4.3.2.1. A CORRELAÇÃO MODO-TEMPORAL

No exame das condicionais, entre 44 ocorrências de condicionais realizadas como estratégia de descomprometimento, identificamos três diferentes correlações modo-temporais. É o que ilustra a tabela seguinte.

Oração condicional	Oração núcleo	Total
Presente do indicativo	presente do indicativo	21
	pretérito perfeito do indicativo	11
	pretérito imperfeito do indicativo	9
Total		41[4]

Tabela 3 – As correlações modo-temporais nas estratégias de polidez 2

Nas condicionais de valor epistêmico, todas as condicionais foram realizadas no presente do indicativo. As condicionais desse tipo ocorrem com o verbo flexionado na primeira pessoa do singular, com exceção das condicionais do tipo 'se não me falha a memória', com o verbo na terceira pessoa. Isso se deve ao fato de essas construções se caracterizarem como um tipo de expressão cristalizada, não havendo, para a oração condicional, flexibilidade no que diz respeito à configuração modo-temporal.

O uso do presente do indicativo e da primeira pessoa se deve ao fato de as expressões atitudinais, caso desse tipo de condicional, serem usadas para fazer referência ao mundo do ato de fala, e não a fatos do mundo real, como aponta

[4] A diferença entre o total apresentado e o total apresentado nessa tabela se deve ao fato de algumas condicionais não terem oração núcleo realizada com verbo.

unesp

Gonçalves (2003). Isto é, a qualificação da proposição é concomitante ao evento da fala, daí uso de tempos que fazem referência a esse momento – veja que mesmo as condicionais 'se não me falha a memória', a condicional faz referência ao enunciador.

Já a oração núcleo ocorreu com tempos do modo indicativo: presente, pretérito perfeito e pretérito imperfeito, seguindo uma ordem decrescente de ocorrências. O uso do presente do indicativo, marca de factualidade no português brasileiro como um dos meios de expressar certeza epistêmica, pode causar estranheza, uma vez que se trata de condicionais que assumem o valor da incerteza. No entanto, esse fato remonta à discussão iniciada por Comrie (1986) de que as condicionais, devido ao valor semântico da conjunção *se*, tem a propriedade de expressar, mesmo as factuais, possibilidade. Abaixo seguem as ocorrências para cada uma das correlações modo-temporais encontradas neste córpus.

Presente do indicativo-presente do indicativo:

(38) e se eu não me **engano**, ainda **continua** aquele mesmo processo primitivo, nao é? da pessoa fazer o talho na... (D2/95/SA)

Presente do indicativo-pretérito perfeito do indicativo:

(39) Loc: não... eu não sei... eu não sei o resultado... eu não soube... eu não... não... não acompanhei o resultado daquilo não...
Doc: a diferença parece que era bem grande...
Loc: era bem grande e não sei como elas estão... **foi** em São Paulo... se eu não me **engano**... (DID/RJ/373)

Presente do indicativo-pretérito imperfeito do indicativo:

(40) É uma rua pequena. A rua te... ah, se não me **engano terminava** no número sessenta e cinco, então você vê que era uma rua pequena. Se você for ver era uma rua que não tinha saída e terminava numa volta que formava como se fosse uma praça. Havia poucos apartamentos (DID/RJ/140)

Assim como nas condicionais de polidez 1, houve ocorrências de condicionais sem oração núcleo realizada com verbo, o que mostra a ocorrência:

(41) sendo particular você tinha o comércio inteiramente fechado **os restaurantes com obrigação de fechar se não me engano nove e meia dez horas da noite**... ou servir à luz de lampião... e (DID/RJ/133)

Uma outra questão bastante relevante para a compreensão da condicional que ativa uma estratégia de descomprometimento é a presença ou não de modalização epistêmica e ou deôntica, o que discutiremos em seguida.

4.3.2.2. PRESENÇA DE MODALIZAÇÃO

Assim como para o exame das condicionais de polidez 1, para análise das condicionais de polidez 2 quanto à presença de modalização, consideramos a

presença de verbos e advérbios modais com valores epistêmicos ou deônticos. A freqüência de marcadores modais é bastante baixa.

Para a condicional, verificamos a ausência de modalização. Na oração núcleo, houve quatro ocorrências de modalização epistêmica, não havendo ocorrência de modalização deôntica.

No que diz respeito à ausência de modalização epistêmica na condicional, tal fato se deve à propriedade das condicionais de se realizarem como modalizadores das construções em que ocorrem. Já a ausência de modalização deôntica na condicional é decorrente do fato de essas serem construções fechadas, não admitindo, portanto, a presença de outro elemento que não pertença a sua estrutura.

Quanto às ocorrências dos modalizadores que marcaram a oração núcleo, houve três ocorrências da expressão *acho que* e uma do verbo *parece*. O uso desses modalizadores serve para aumentar o efeito de descomprometimento do falante em relação ao enunciado. As ocorrências para cada um desses marcadores pode ser vista a seguir.

(42) eu já fui a Friburgo... eu já fui a Petrópolis... tenho loucura pra conhecer o (Conservatório)... tem gente que mesmo mês de agosto... tem muita seresta... eles saem né... porque é uma ru/ é uma cidadezinha... pequena... **acho que** só tem duas ruas se eu não me engano... uma pra lá outra pra cá.... é bem pequenina... e o pessoal acaba de fazer a seresta... eles vão nas casas... passam... até na televisão já passou.... (DID/RJ/AC/20)

unesp

(43) banana parecida... **parece que** se não me engano era banana-figo que eles chamam aqui no rio... mas lá ainda é muito maior que a banana-figo... (DID/RJ/328)

A seguir analisaremos o grau de hipoteticidade, que, como já dissemos, está ligado aos tempos e modos verbais que atualizam a condicional, assim como à presença de modalização.

4.3.2.3. GRAU DE HIPOTETICIDADE

Todas as condicionais que atualizaram o efeito de descomprometimento são do tipo eventual. As condicionais eventuais ou potenciais são, então, a forma preferida para a manifestação das estratégias de descomprometimento realizadas pelas orações condicionais no português.

Essa preferência está associada ao fato de que as condicionais potenciais ou eventuais repousam sobre o plano da possibilidade, ideal para expressar a incerteza do falante em relação ao conteúdo veiculado pela oração núcleo. Veja a ocorrência:

(44) e passa a ser... vinculada à realidade brasileira... então... **aqui está o trecho do livro deles... do livro número quatro... não... do livro número três... se não me engano**... ((inicia leitura do texto)) (EF/RJ/356)

T. 2054/10

Inst. de Biociências, Letras e Ciências Exatas UNESP BIBLIOTECA

unesp

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18

É justamente por oferecer a possibilidade de ser ou não verdade o conteúdo da oração condicional que o fato expresso pela oração núcleo é introduzido como algo que também pode ou não ser verdadeiro, o que permite ao falante se descomprometer com essa verdade.

Observe que, no caso específico desse tipo de condicional, os tempos e modos verbais não atuam na determinação do grau de hipoteticidade da construção condicional. Mesmo tendo sido realizadas por tempos do indicativo, principalmente o presente, as construções ainda assim devem ser consideradas do tipo potencial, isso porque a condicional atua como um modalizador epistêmico, colocando a oração núcleo no domínio da incerteza, daí a potencialidade ou eventualidade da condicional.

4.3.2.4. POSIÇÃO DA CONDICIONAL

Os resultados obtidos na análise quantitativa revelam dados interessantes a respeito do posicionamento da condicional nas estratégias de descomprometimento. A tabela abaixo traz esses resultados:

Anteposta	Posposta	Intercalada	Sem-núcleo	Total
12	12	20	0	44

Tabela 4 – Posição da condicional nas estratégias de polidez 2

A análise das condicionais quanto à posição demonstra a alta produtividade da condicional intercalada na manifestação das estratégias de polidez 2. Essa preferência pela posição medial contraria a literatura que aponta uma tendência geral para a condicional se antepor à oração núcleo (cf. FERREIRA, 1997; HIRATA, 1999; NEVES, 2000). Além disso, os teóricos sugerem também que a intercalação da condicional é a posição menos freqüente, o que dá maior relevância a essa diferença.

A explicação para essa alta freqüência de condicionais intercaladas está associada ao caráter formulaico desse tipo de condicional. Assim, quanto mais cristalizada, mais compacta, a condicional tende a perder seu caráter de oração, daí as restrições morfossintáticas verificadas anteriormente. Podemos afirmar, portanto, que as condicionais desse tipo são uma estrutura mais gramaticalizada, perdendo, dessa maneira, alguns privilégios de sua categoria inicial, como por exemplo a posição fixa, por isso sua flexibilidade posicional.

Além disso, Hirata (1999) verificou que as condicionais pospostas e intercaladas atualizam a função de adendo restritivo, cuja função é apresentar alguma ressalva, avaliação em relação ao conteúdo da oração núcleo. Daí a alta freqüência de condicionais intercaladas e pospostas nos dados, uma vez que essas construções se realizaram como um modalizador epistêmico, responsável por expressar a avaliação do falante a respeito da proposição enunciada pela oração núcleo. As ocorrências para cada uma das condicionais quanto à posição seguem abaixo:

unesp

Anteposta:

(45) o primeiro houve uma prova integrada que não não foi valorizada, **se eu não me engano foi em sessenta e cinco**, em sessenta e seis foi a primeira prova integrada com valor (D2/PA/283)

Posposta:

(46) O outro caminho era a Voluntários da Pátria, o nome das ruas veio inclusive de moradores, **a D. Bambina era uma filha do Marquês de Olinda, se não me engano**. Então a gente entende a nomenclatura sim porque eram, grandes propriedades, eram grandes chácaras o que havia aí né, que, foram depois abertas. (DID/RJ/133/REC)

Intercalada:

(47) porque nos Estados Unidos em todas as cidades se se cuspir no chão paga-se uma multa... é... que é muito elevada... papel no chão -- há muitos anos atrás... nos anos setenta... já custava cem dólares... em muitas das cidades... e nas estradas jogar um papel pela janela do carro... um... copo lá o que fosse... custaria cem dólares mas curpir/ **cuspir no chão na cidade de Washington... se não me engano custa quinhentos dólares**... (DID/RJ/AC/27)

As condicionais que atualizam as estratégias de polidez 2 foram analisadas ainda segundo sua atuação nas camadas da Gramática Funcional, o que veremos em seguida.

4.3.2.5. TIPOS DE SATÉLITE

Como não poderia ser diferente, as condicionais realizadas como estratégias de polidez 2 são satélites **proposicionais** na medida em que a oração condicional se relaciona com o conteúdo proposicional da oração núcleo. Esse é o caso da seguinte ocorrência:

(48) Ela forma engenheiros mecânicos, civis, ah... engenheiros de minas, engenheiro... mecânico, civil, minas, eletrotécnica... **são quatro, <u>se não me engano</u> são quatro cursos** (DID/08/PA)

O estudo das condicionais de polidez 2 que desempenham a função de modalizador epistêmico, atualizando uma estratégia de descomprometimento, revelou que, segundo a estratégia comunicativa que ativam, as condicionais podem fazer um uso diferente das propriedades formais da oração condicional, do que se verifica nas condicionais prototípicas.

Assim, enquanto nas condicionais prototípicas o presente do indicativo marca as condicionais factuais, vimos, na análise das condicionais de polidez desse córpus que, em decorrência do tipo de estratégia comunicativa que realizam, as condicionais atualizadas no presente do indicativo podem expressar um maior grau de hipoteticidade.

unesp

Como vimos, as condicionais analisadas nesta seção, apesar de serem usadas para atenuar um enunciado, acarretam um efeito de sentido diferente daquele causado pelas condicionais que analisamos na seção anterior, as quais chamamos de condicional de polidez 1. Para entender as diferenças existentes entre esses tipos de condicionais, procuraremos, a partir de uma comparação entre os dois tipos de construção, entender quais as propriedades subjacentes a essa diferença, o que faremos a seguir.

4.3.3. AS ESTRATÉGIAS DE POLIDEZ 1 E AS ESTRATÉGIAS DE POLIDEZ 2: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

A comparação das estratégias comunicativas atualizadas pelas condicionais levará em conta o uso que as estratégias fazem do grau de hipoteticidade da condicional, as correlações modo-temporais, o posicionamento da condicional em relação à núcleo, a presença de modalização e o tipo de satélite.

O primeiro aspecto das estratégias que analisaremos diz respeito à relação semântica entre o satélite condicional e a oração núcleo que, por sua vez, determina a distribuição das condicionais nas camadas da Gramática Funcional. As condicionais que atualizam as estratégias de polidez 1 se realizaram como satélites **ilocucionários**, conferindo relevância a um ato de fala, ou **clausais**,

especificando as condicionais de felicidade do ato expresso pela oração núcleo. Já as condicionais realizadas como estratégias de polidez 2 são classificadas como satélite **proposicional**, uma vez que se relacionam com o conteúdo proposicional da oração núcleo, atualizando uma estratégia de descomprometimento. Em outras palavras, as condicionais sob exame apresentam uma distribuição diferenciada nas camadas da estrutura subjacente da oração, o que implica em dizer que elas contribuem de modo diferenciado para a oração com a qual se relacionam.

As diferenças de escopo entre os satélites ilocucionários e clausais e o satélite proposicional podem ser mais bem percebidas pelo esquema (5), que representa a estrutura subjacente da oração, que segue abaixo.

(5) $(\mathbf{E_1}: [\text{ILL}: \sigma_4(s)\ (A)\ (X_1: [\ \underline{\qquad\qquad}\ ]\ (\mathbf{X_1}): \sigma_3\ (\mathbf{X_1}))]\ (\mathbf{E_1}) : \sigma_5\ (\mathbf{E_1}))$

$e_1: [\text{pred}_\beta: \sigma_1\ (x_1) \ldots (x_n)]\ (e_1): \sigma_2\ (e_1))$

Observe que o satélite ilocucionário (σ_4) bem como o satélite clausal (σ_5) tem sob seu escopo o ato ilocucionário (E_1), ao passo que o satélite proposicional (σ_3) atua sobre a proposição (X_1). Essa diferença quanto à atuação nas camadas revela que as orações condicionais deste córpus fazem uso diferenciado da relação *condição para realização* → *conseqüência/resultado* que se estabelece entre as proposições *p* e *q*.

As condicionais classificadas como satélites oracional ou ilocucionário

contraem uma relação de adequação comunicativa. Nesse caso, como já dissemos, as condicionais oferecem uma condição comunicativa para a enunciação de um ato, por isso dizer que elas criam o quadro de adequação desse ato. Por outro lado, as condicionais classificadas como satélites proposicionais condicionam o valor de verdade da proposição veiculada na oração núcleo, isto é, a condicional oferece a condição para a validade do conteúdo proposicional da oração núcleo. É o que podemos observar nas ocorrências a seguir.

Satélite oracional:

(49) porque eu punha os badulaques minha filha... eu ia pras reuniões da minhas ti/... das minhas tias em São Paulo... pegava jóias... pulseiras e ( ) colar... quer dizer... eu tinha um prazer... o prazer não era estético naquela época... era um prazer incrível... eh:... **era um prazer quase erótico... se eu posso dizer assim... me olhar no espelho e me ver toda cheia de badulaques**... sabe... desde aquela época que ( ) confusão psicológica... (D2/RJ/147)

Satélite proposicional:

(50) D: essa possibilidade de transportes marítimo?

L2: sim... é... inclusive há agora um plano aí do novo secretário... né? de transportes... **um plano aqui de sair uma linha aqui do Mourisco se não me engano... Botafogo**...

L1: é? nunca ouvi... Botafogo... (D2/PA/365)

No que diz respeito à posição da condicional em relação à oração núcleo, das condicionais de polidez 1 podemos dizer que essas se comportam do modo previsto por Hirata (1999) para o português escrito e por Ferreira (1997) para o

português falado. Entretanto as condicionais das estratégias de descomprometimento ocorreram preferencialmente na posição intercalada. Essa diferença de comportamento pode ser vista no gráfico seguinte:

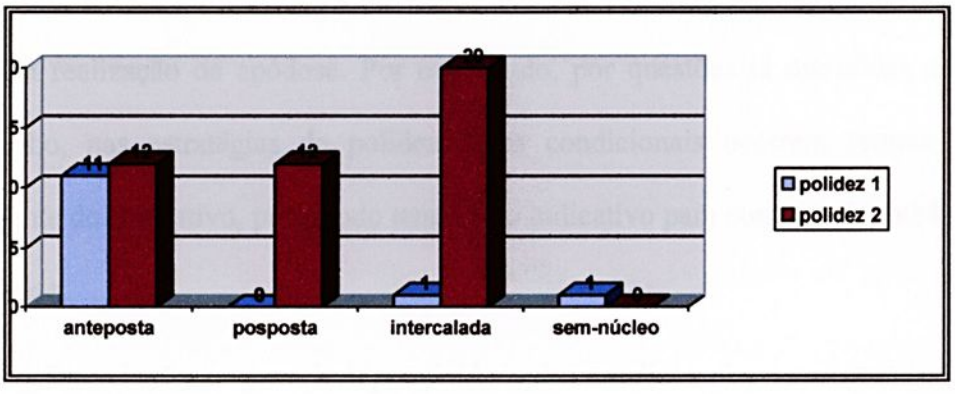


Gráfico 1 – Posição da condicional

Observe que para as condicionais de polidez 1 não houve nenhuma ocorrência de condicional posposta, ao passo que nas condicionais de polidez 2, a posposição foi bastante freqüente, sendo tão produtiva quanto a anteposição.

Apesar de não haver nenhuma ocorrência de condicional sem-núcleo nas estratégias de polidez 2, o que é explicado pelo fato de que sem a oração-núcleo, a condicional não teria um conteúdo proposicional para avaliar, esse quadro mostra que as condicionais que atualizam as estratégias com valor de descomprometimento são mais flexíveis quanto à ordem do que as condicionais que realizam uma estratégia de polidez 1.

Já no que diz respeito à correlação modo-temporal, nas condicionais de polidez 1 predomina o uso de tempos do modo subjuntivo, mais freqüentemente o futuro, para a realização da prótase, e tempos do modo indicativo, presente, para a realização da apódose. Por outro lado, por questões já discutidas neste trabalho, nas estratégias de polidez 2, as condicionais ocorrem sempre no presente do indicativo, preferindo tempos do indicativo para configurar também a apódose.

Em relação ao grau de hipoteticidade das condicionais, o comportamento desses dois tipos de estratégia é bastante semelhante. Nossa hipótese inicial era de que quanto maior o grau de hipoteticidade, maior seria o grau de polidez da estratégia atualizada pela condicional. No entanto, os dados não nos permitem chegar a uma conclusão a esse respeito, tendo em vista a baixa freqüência de condicionais contrafactuais, nas condicionais de polidez 1. No córpus, todas as outras condicionais são do tipo eventual. Entretanto, nas condicionais de polidez 1, a eventualidade é marcada pelo uso do futuro do subjuntivo na prótase, enquanto nas condicionais realizadas como estratégias de descomprometimento, essa eventualidade é assinalada pela capacidade da oração condicional de atuar como um modalizador epistêmico, expressando o valor de incerteza. É o que demonstram as ocorrências abaixo.

(51) neu me lembro é um problema de ladrão... mas foi em outra casa que eu morei na rua dezenove de fevereiro... **se você quiser que eu descreva essa casa... eu também descrevo**... essa era ( ) horrível... essa era uma casa

desagradável... porque era uma casa muito mal construída (DID/RJ/233)

(52) teve um caso de uma menina que saiu de um colégio de, que saiu de um convento, estudava em um convento, **se eu não me engano num colégio de freira que levou três anos a entra**(r), até entra(r) numa sala de aula, (D2/PA/283)

Sobre a presença de modalização, as condicionais realizadas como estratégias de polidez 1 e aquelas realizadas como estratégias de polidez 2 mostraram-se bastante diferentes. As condicionais de polidez 1 são raramente marcadas pela presença de verbos e advérbios com valor epistêmico. Ao contrário, devido à capacidade das condicionais de polidez 2 de se realizarem como modalizador epistêmico, todas as construções que expressam o descomprometimento foram atualizadas por essa modalização. A baixa freqüência de modalização deôntica nesses dois tipos de estratégia mostra-se pertinente à função de polidez que exercem essas estratégias.

A última questão que gostaríamos de discutir, e sem dúvida a mais relevante, diz respeito à diferença no efeito de sentido produzido pela condicional no contexto de enunciação das estratégias. O problema que levantamos é que, apesar de os dois tipos de condicionais serem usados para preservar a face, as condicionais de polidez 1 têm um efeito diferente daquele acarretado pelas condicionais que ativam as estratégias de polidez 2, que realizam uma estratégia de descomprometimento. Nosso interesse, portanto, seria investigar, através da

descrição desses dois tipos de condicional, se elas seriam subtipos de uma categoria maior, ou se, na verdade, seriam condicionais com funções diferentes.

Sobre a função interacional que desempenham, a análise das condicionais mostra que, de fato, ambos os tipos são usados para a preservação de uma das faces envolvidas na interação. Assim, levando em conta a definição de polidez como o ato de preservação da face, apresentada por Brown e Levinson (1987), a partir dos resultados da análise que realizamos dos dois tipos de estratégia, podemos afirmar que as condicionais de polidez 1 e as condicionais de polidez 2 são subtipos de estratégia de polidez.

Essas considerações geram um problema: se os dois tipos de condicional são estratégias de polidez, então como explicar a diferença no efeito de sentido causado por esses dois tipos de construções?

Mediante os resultados do exame das condicionais, observamos que o primeiro fator que possibilita a distinção desses dois subtipos de estratégia de polidez diz respeito à direção da estratégia de polidez. Dessa maneira, nas condicionais de polidez 1, a condicional é voltada para atender as necessidades da face do ouvinte; ao contrário, nas condicionais realizadas como estratégias de descomprometimento, as condicionais de polidez 2, a condicional é orientada para o falante.

Isso não implica dizer que uma estratégia terá sempre uma direção restrita. Na verdade, ao preservar a face do ouvinte, de um certo modo, o falante está

unesp

preservando a própria face também, uma vez que está ciente de que poderá ter a sua face ameaçada em função do ato enunciado. Da mesma maneira, ao usar a condicional para se descomprometer com o conteúdo proposicional, protegendo a própria face, o falante preserva também a face do ouvinte, já que evita impor sobre esse uma assertiva. Essas considerações confirmam a afirmação de que a atividade de preservação da face é cooperativa: os interactantes trabalham mutuamente para preservar as faces envolvidas na interação.

A diferença de direção da estratégia não parece ser a responsável pela diferença no efeito de sentido. Isso pode ser percebido nas estratégias abaixo, que, embora tenham orientações diferentes, têm um efeito de sentido semelhante.

(53) **Se não for incomodar** você pode ma dar uma carona?

(54) **Se eu te ofendi** desculpa, não foi essa minha intenção.

Em (53) a condicional é orientada para preservar a face do ouvinte, oferecendo a possibilidade de esse se recusar a realizar o que está sendo proposto na oração núcleo. Já em (54) ela é orientada para proteger a face do falante, uma vez que o falante usa o grau de hipoteticidade da condicional para evitar assumir, de fato, uma ação.

Um outro aspecto que distingue esses dois tipos de condicional é o fato de que essas duas estratégias, embora realizem uma mesma função, atuam de modo

unesp

diferenciado no discurso, o que nos levou a considerá-las como subtipos diferentes.

Assim, as condicionais a que chamamos de polidez 1 são usadas para atenuar a força ilocucionária de um ato que pode causar danos à face do ouvinte. Ao diminuir a força ilocucionária desse ato, a condicional afasta a possibilidade de um conflito entre as faces dos interactantes, o que impediria o bom fluxo da interação. Já as condicionais realizadas como estratégias de polidez 2 servem para atenuar o valor de verdade da oração núcleo, descomprometendo o falante em relação a essa proposição. Veja as ocorrências:

Polidez 1:

(55) se você parar... por... acabou a inspiração... aí eu posso lhe fazer uma perguntinha para engrenar outra vez... entendeu... mas **se você falasse quarenta minutos sem nenhuma interferência nossa... perfeito... tanto melhor...** (DID/RJ/135)

Polidez 2:

(56) à Itália... a Itália vendeu a ilha de Córsega à ::... França...Napoleão era corso... e... durante o início... da sua vida... quando ele entrou... **rapazinho... se não me engano de quatorze ou quinze anos**... pra Escola Militar de Zurieri... a grande... o grande sonho de Napoleão era libertar a Córsega da França... ele pertencia a uma pequena burguesia... muitos irmãos...tanto que no... Napoleão nunca falou bem o francês. (EF/RJ/382)

Em (55), a alternatividade associada à condicional é usada para deixar explícito para o ouvinte que depende dele, de sua vontade, realizar ou não o

pedido expresso pela oração núcleo. Já em (56), essa opcionalidade veiculada à condicional é utilizada para oferecer ao ouvinte a possibilidade de ser ou não verdadeiro o conteúdo expresso pela oração núcleo. Em outras palavras, em (55) a função da condicional é justamente atenuar essa força ilocucionária, enquanto em (56), a função principal da condicional é atenuar o valor de verdade do conteúdo proposicional veiculado pela oração núcleo.

O que estamos tentando mostrar é que, na condicional de polidez 1, a atenuação da força ilocucionária do ato é a intenção com a qual a condicional foi usada. Já na condicional de polidez 2, a atenuação da força ilocucionária é uma conseqüência da atenuação do valor de verdade, que seria a real intenção com a qual a condicional foi utilizada. Por essa razão o efeito desse tipo de condicional é diferente daquele obtido com o uso da condicional de polidez do tipo 1.

Essa diferença é confirmada pela atuação das condicionais nas camadas da estrutura subjacente da oração. As condicionais sob exame têm diferentes elementos sob seu escopo: as condicionais de polidez 1, classificadas como satélites ilocucionários ou satélites clausais, atuam sob um ato de fala; por outro lado, as condicionais de polidez 2 atuam no nível da proposição, tendo sob seu escopo de atuação uma proposição.

Além disso, as condicionais como a ocorrência (55) são usadas para atenuar um ato enunciado no momento da interação, sendo que as condicionais como a ocorrência (56) são usadas quando o falante antecipa uma potencial ameaça a sua face caso seja constatada a falsidade de seu enunciado. Isso nos

unesp

mostra que a preservação da face não se dá somente pela redução da força ilocucionária de um ato ameaçador. Ao contrário, no caso das condicionais de polidez 2, vimos que a preservação da face pode ser realizada por antecipação, ou seja, o falante enuncia uma estratégia para afastar a possibilidade de realização de um ato de ameaça. Acreditamos que essa diferença justifica o efeito diferente que essas condicionais produzem no contexto comunicativo.

Assim, neste trabalho entendemos que a condicional realizada como atenuador pode atualizar dois tipos diferentes de estratégias de polidez, possibilitando ao falante preservar uma das faces envolvidas na interação de duas maneiras:

(i) atenuando a força ilocucionária de atos de ameaça à face enunciados no contexto da interação;

(ii) atenuando o conteúdo proposicional, afastando uma possível indisposição do ouvinte caso seja constatado a não verdade da proposição enunciada.

Na análise realizada, verificamos que as condicionais apresentam características formais e funcionais distintas, ainda que usadas com a mesma intenção, a de preservar a face de um dos interactantes. Contudo, essa não é a única relação entre essas construções. Verificamos, também, que um outro elemento comum entre as condicionais é a atenuação, ou seja, a propriedade da condicional de se realizar como um atenuador.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

É justamente essa propriedade que liga as condicionais à manifestação de polidez, isto é, é pela capacidade de atuarem como atenuador que as orações condicionais podem ser usadas na atividade de preservação da face, expressando polidez. Isso nos sugere a seguinte questão: qual seria o papel da atenuação nos procedimentos de preservação da face? É o que tentaremos responder em seguida.

CAPÍTULO 5

ATENUAÇÃO, PRESERVAÇÃO DA FACE E POLIDEZ

A partir da descrição da condicional segundo sua forma e função, realizada no capítulo anterior, percebemos que sua capacidade de atuar como atenuador é que possibilita o uso dessa construção como uma estratégia de preservação da face, expressando polidez.

A relação entre atenuação e polidez, embora tenha sido mencionada por diversos autores, não foi solucionada pelos estudiosos que abandonam a discussão para tratar de um ou outro fenômeno especificamente. Assim, levando em conta os resultados obtidos na descrição e análise das condicionais realizadas como estratégias de polidez, pretendemos discutir essa relação a fim de entendermos qual o papel da atenuação na expressão de polidez por meio de estruturas lingüísticas, especificamente no caso das condicionais.

Essa relação se dá, inicialmente, na (in)definição dos termos polidez e atenuação. Em geral, os autores que tratam de polidez utilizam o termo *atenuação* para explicar a função das estratégias de polidez na interação. Assim, Brown e Levinson (1987, p. 24) afirmam que "alguns atos são intrinsecamente

ameaçadores à face e por isso precisam ser atenuados".[1] Para os autores, essa atenuação é função primordial das estratégias de polidez.

Por outro lado, Roulet (1981 *apud* ROSA, 1992) diz que os atenuadores têm por função diminuir o conteúdo ou a força ilocucionária de um enunciado com a intenção de atenuar a ameaça que esta poderia causar à face de um dos interlocutores. Fraser (1980 *apud* ROSA, 1992, p. 29) vai mais longe, dizendo que "o abrandamento[2] constitui a modificação de um ato de fala que visa à redução dos efeitos indesejados que este possa ter sobre o ouvinte". Para Edmondson e House (1981, *apud* ROSA, 1992) o fenômeno da atenuação deve ser entendido como o modo pelo qual uma certa estrutura é usada na interação para atingir fins específicos.

Observe, então, que as definições apresentadas para as estratégias de atenuação correspondem àquela apresentada por Brown e Levinson (1987) para as estratégias de polidez. Mediante tais considerações podemos pensar que os procedimentos de atenuação e preservação da face constituem, na verdade, um só fenômeno.

No entanto, ao discutir a estreita relação entre polidez e atenuação e a conseqüente confusão entre esses dois conceitos, Fraser (op. cit.) afirma que a atenuação está sempre associada à polidez, mas não o contrário. Rosa (1992) compartilha dessa mesma idéia ao dizer que vários tipos de estratégias de polidez

---

[1] ... some acts are intrinsically threatening to face and thus require softening ...
[2] De *mitigation* no inglês.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

não contêm procedimentos ou marcadores de atenuação. Rosa afirma ainda que "evitar responsabilidade pelo que se diz é, assim, parte das preocupações com a face, e pode ser sugerido pelo uso de uma estratégia de polidez com ou sem elementos atenuadores" (op. cit., p. 29).

Assim, tendo em vista as afirmações de Fraser e Rosa, o que seria atenuação e o que seria preservação da face: quais seriam as propriedades distintivas desses dois tipos de estratégias, se é que de fato elas existem? Além disso, polidez e preservação da face podem ser considerados sinônimos?

A partir do exame dos dados realizado anteriormente, percebemos que, em todos os contextos de uso da condicional analisados neste trabalho, esse uso acarretou a atenuação do enunciado expresso pela oração núcleo. É o que mostram as ocorrências a seguir.

(01) tem... porque lá você não tem problema de transporte porque a cidade é pequena **você <u>se quiser</u> vai a pé**... a universidade é no centro da cidade... (D2/RJ/355)

(02) o primeiro houve uma prova integrada que não não foi valorizada, **<u>se eu não me engano</u> foi em sessenta e cinco**, em sessenta e seis foi a primeira prova integrada com valor (D2/PA/283)

Apesar do modo diferenciado como utilizam o grau de hipoteticidade manifesto pela oração condicional, o efeito causado pela atenuação pode ser observado nos dois contextos. Nas condicionais como (01) a intenção é atenuar a

força de um ato ilocucionário, já nas condicionais como (02) a intenção é atenuar o valor de verdade de uma proposição.

Note, portanto, que a atenuação está presente nos dois procedimentos de preservação da face acima descritos. Contudo, as orações condicionais não são o único meio de expressar polidez. Koike (1989) estuda a descentralização do 'eu' enunciativo como uma forma de preservar a face do ouvinte. Assim, a autora postula um princípio segundo o qual "para um maior grau de polidez, minimize o papel egocêntrico do falante na enunciação". [3]

Assim, essa autora afirma que a descentralização do falante e a conseqüente focalização no ouvinte tornam o enunciado mais polido, como pode ser observado nos exemplos:

(03) **Eu** gostaria que você fosse ao cinema comigo hoje.

(04) **Você** gostaria de ir ao cinema comigo hoje?

em que é mais polido enunciar a proposição (04) que a (03), justamente porque em (04) o enunciado é construído na perspectiva do ouvinte. Veja que nesse procedimento não houve uso de estratégias de atenuação.

Levando em conta os exemplos discutidos acima, podemos afirmar, primeiramente, que polidez e atenuação constituem fenômenos distintos e que a

[3] For greater degrees of politeness, minimize the speaker's egocentric role in the utterance. (p. 192).

unesp

polidez nem sempre vai estar associada à atenuação, uma vez que existem procedimentos de preservação da face, como esse mencionado anteriormente, que não faz uso da atenuação para alcançar o efeito de polidez.

Comparando estratégias como (03) e (04) podemos concluir que, em (03) o efeito de polidez é produzido pela atenuação do enunciado. Já em (04), o efeito de polidez é obtido, entre outros, pela descentralização do 'eu' enunciativo e a focalização no ouvinte.

Isso nos leva a considerar a atenuação como um dos meios pelos quais é possível produzir a polidez. Ou seja, a atenuação é um dos mecanismos lingüísticos usados no procedimento de preservação da face. A partir de então, podemos entender a atenuação como o processo, e não como o efeito: atenuação é o meio pelo qual o falante pode reduzir, diminuir os efeitos provocados por um enunciado no contexto discursivo.

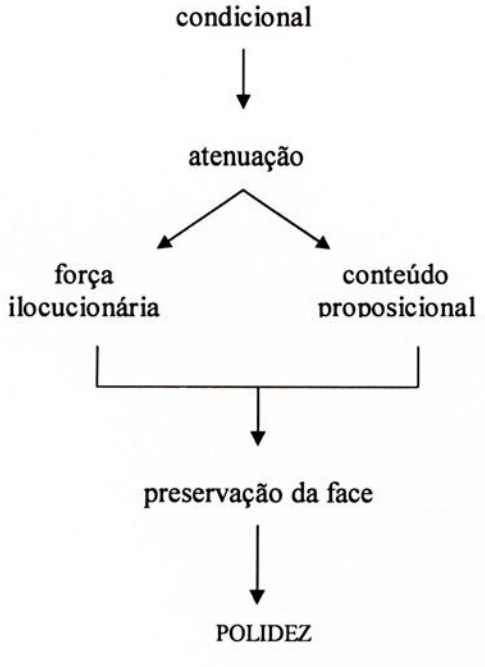
Assim, a relação entre atenuação, preservação da face e polidez pode ser representada pelo esquema:

(06)

Ou seja, a atenuação é um mecanismo que permite aos indivíduos preservarem as faces envolvidas em uma interação acarretando a polidez. Essa afirmação separa preservação da face de polidez: preservação da face deve ser entendida como um procedimento dinâmico, interativo e cooperativo por meio do qual os indivíduos podem, em uma interação verbal, gerar o efeito de sentido de polidez.

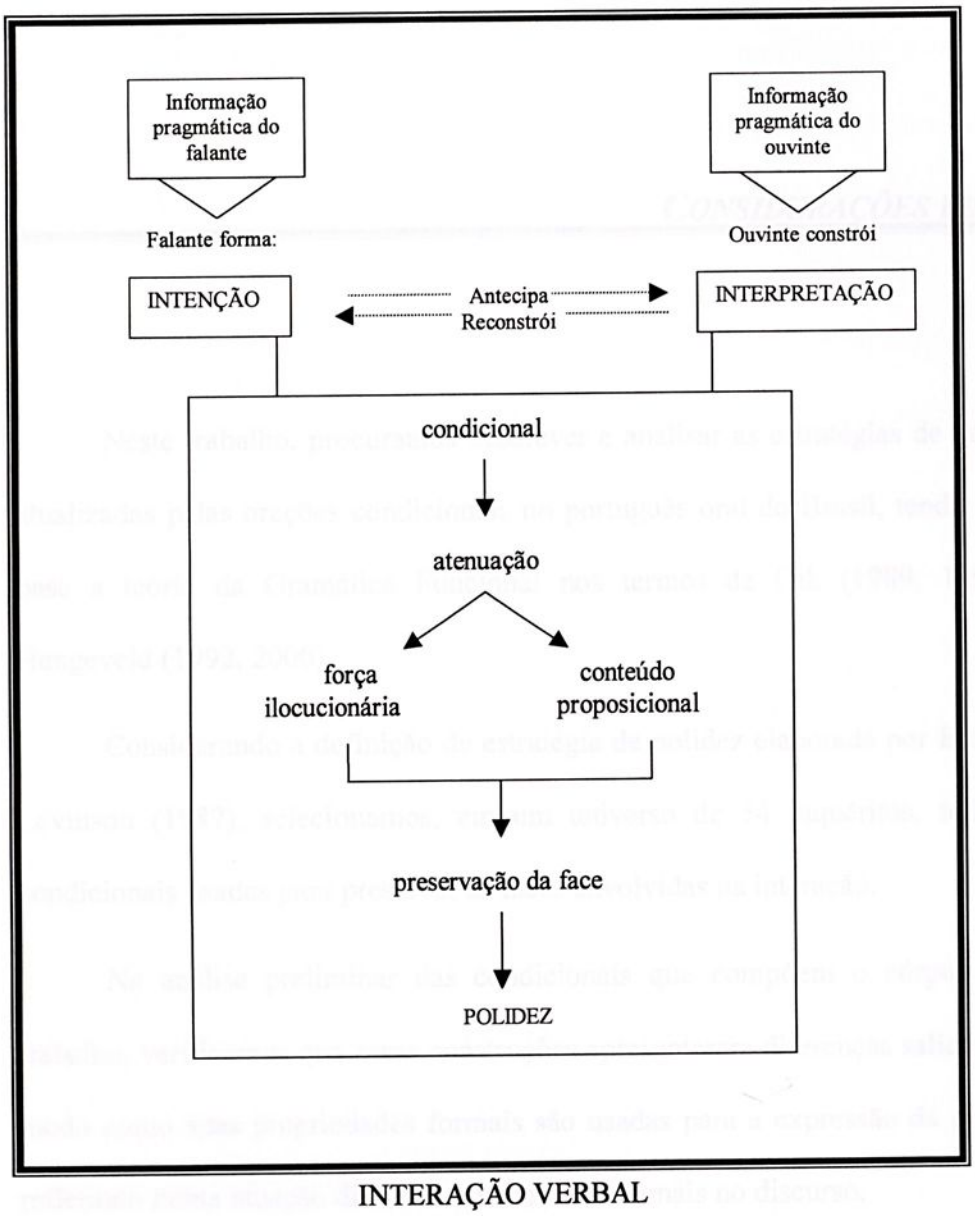
No que diz respeito especificamente ao uso das condicionais como expressão da polidez na lingüística, o esquema seguinte demonstra a relação entre polidez e condicionais.

(07)



A oração condicional, devido ao grau de hipoteticidade, atenua o enunciado, promovendo ou a redução da força ilocucionária, no caso das condicionais de polidez 1, ou o descomprometimento do falante, caso das condicionais de polidez 2, permitindo ao falante preservar a face em questão, e assim expressar polidez.

Considerando o modelo da interação verbal proposto por Dik (1989), o esquema de polidez poderia ser situado na posição da expressão lingüística, e assim seria possível visualizar a atividade de preservação da face na interação verbal, como na página seguinte.



INTERAÇÃO VERBAL

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos descrever e analisar as estratégias de polidez atualizadas pelas orações condicionais no português oral do Brasil, tendo como base a teoria da Gramática Funcional nos termos de Dik (1989, 1997) e Hengeveld (1992, 2000).

Considerando a definição de estratégia de polidez elaborada por Brown e Levinson (1987), selecionamos, em um universo de 54 inquéritos, todas as condicionais usadas para preservar as faces envolvidas na interação.

Na análise preliminar das condicionais que compõem o córpus deste trabalho, verificamos que essas construções apresentaram diferenças salientes no modo como suas propriedades formais são usadas para a expressão da polidez, refletindo numa atuação diferenciada das condicionais no discurso.

Levando em conta essas diferenças, separamos as condicionais em dois grupos: (i) as **estratégias de polidez 1**, em que estavam as condicionais usadas para atenuar a força ilocucionária, e (ii) as **estratégias de polidez 2**, na qual estavam as condicionais usadas para atenuar o conteúdo proposicional da oração núcleo.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

Assim, a partir da análise dos dois tipos de condicionais procuramos entender, primeiramente, quais princípios subjazem ao uso das condicionais realizadas como estratégias de polidez e quais as propriedades distintivas desses dois tipos identificados. Além disso, procuramos discutir, mediante os resultados obtidos nessa análise, qual o papel da atenuação, elemento comum entre os dois tipos de estratégias realizados no córpus, na expressão da polidez por meio de estruturas lingüísticas.

As condicionais dos dois grupos foram, então, analisadas segundo sua função pragmático-discursiva, além dos aspectos formais isto é, (a) a correlação modo-temporal, (b) presença de modalização epistêmica ou deôntica, (c) grau de hipoteticidade, (d) posição da condicional em relação à oração núcleo e (e) tipo de satélite.

As estratégias de polidez 1 são usadas para atenuar a força ilocucionária de cinco diferentes atos de ameaça à face: permissão, pedido, oferta, sugestão e recusa. Nesses contextos, o grau de hipoteticidade manifesto pela condicional permite a expressão de opcionalidade, possibilitando ao falante expressar o ato ameaçador como uma possibilidade. Dessa maneira, o falante deixa explícito ao ouvinte que o conteúdo da oração núcleo não lhe está sendo imposto, respeitando, assim, a liberdade de ação desse ouvinte.

Já nas estratégias de polidez 2, o grau de hipoteticidade da condicional está associado à expressão de incerteza. O falante usa a oração condicional para atenuar o valor de verdade da proposição veiculada pela oração núcleo, evitando

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

uma afirmação categórica. Assim, o falante afasta uma possível indisposição do ouvinte em relação ao seu enunciado, caso seja constatada a sua não veracidade desse, evitando uma possível ameaça à sua própria face.

Os resultados da análise das condicionais revelam que a expressão da polidez pela condicional, indiferentemente do tipo, está associada à opcionalidade. Assim, nas condicionais de polidez 1, o falante expressa o ato de ameaça como uma possibilidade, dependendo do ouvinte aceitar ou não o conteúdo desse ato. Do mesmo modo, nas condicionais de polidez 2, o valor de verdade é expresso como possível de ser ou não verdadeiro, e não como fato.

Os resultados da análise demonstram que, mesmo dentro de um conjunto mais amplo, a manifestação da polidez, a condicional pode ser usada de diferentes maneiras, realizando assim diferentes subtipos de estratégias para expressar esse determinado valor. Essa diferença se reflete no modo como as condicionais são estruturadas já que, apesar de serem usadas na expressão de polidez, as construções apresentam características formais distintas de acordo com o subtipo de estratégia que atualizam, formando dois grupos claros, o que justifica nossa opção por analisar essas construções separadamente.

Uma outra questão sobre a qual procuramos refletir diz respeito ao papel da atenuação na manifestação da polidez. Tendo em vista os resultados da análise realizada neste trabalho, entendemos polidez e atenuação como fenômenos distintos. Assim, a atenuação constitui-se em um dos mecanismos que permite ao

unesp

falante preservar as faces envolvidas na interação, produzindo o efeito de sentido da polidez.

O estudo da manifestação da polidez nas orações condicionais evidenciou o dinamismo da atividade de preservação da face, uma vez que, como vimos, a condicional não é usada somente em relação a um ato impositivo, mas pode ser enunciada por antecipação, afastando a possibilidade de um ato ameaçador. Além disso, o estudo do uso das condicionais de polidez mostrou que as estratégias de polidez não são usadas como uma direção única, considerando-se o fato de que, ao preservar a face do ouvinte, o falante preserva a própria face, já que o ouvinte, tendo a face ameaçada, poderia responder à essa ameaça, e vice-versa. Isso revela o caráter interativo da atividade de preservação da face

Considerando a preservação da face como uma atividade dinâmica e cooperativa, salientamos a necessidade de estudos que considerem a manifestação da polidez na interação verbal. Ressaltamos que a condicional é apenas um dentre os vários mecanismos que possibilitam a expressão desse valor. Estudos posteriores poderiam considerar, não apenas uma estrutura em si, mas o discurso como um todo, visto que a preservação da face não constitui em fenômeno fechado, mas está presente durante toda a interação verbal, uma vez que os indivíduos estão o tempo todo atentos às necessidades da face, colaborando mutuamente para sua manutenção. Assim, poderiam ser estudados o uso de tempos e modo verbais, de modalização epistêmica, a indeterminação do sujeito, a descentralização do eu enunciativo, entre outros que, acreditamos,

unesp

desempenham um papel fundamental na atividade de preservação da face, essencial para assegurar o sucesso de uma interação verbal qualquer.

Além disso, o estudo do discurso como um todo poderia revelar o uso de estratégias específicas do português nessa atividade, como parece ser o caso do uso da forma já gramaticalizada *a gente* que, no que diz respeito à preservação da face, sugere uma diminuição na distância social existente entre os interlocutores.

O estudo das condicionais de polidez contribui não somente para uma compreensão mais ampla do funcionamento desse tipo de construção, mas também para o entendimento da relação entre a linguagem e a polidez, fenômenos essenciais às relações humanas.

unesp

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATHANASIADOU, A. et al. *On Conditionals Again*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1997.

AUSTIN, J. L. *How to Do Things with Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1962.

BROWN, P.; LEVINSON, S. C. *Politeness: Some Universals in Language Usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

COMRIE, B. Conditionals: a typology. In: TRAUGOTT, E. C. et al. (Eds.) *On Conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 77-99.

CUNHA, C. F. & CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DALL'AGLIO-HATTNHER, M. M. et al. Uma investigação funcionalista da modalidade epistêmica. In: NEVES, M. H. M. (Org.) *Descrição do português: definindo rumos de pesquisa.* Araraquara: Cultura Acadêmica, 2001, p. 103-143.

unesp

DECAT, M. B. N. Uma abordagem funcionalista da hipotaxe adverbial em português. In: CAMPOS, O. G. L. A. S. (Org.). *Descrição do português: abordagens funcionalistas*. Araraquara São Paulo: Curso de Pós-Graduação em Letras – SCL – AR, 1999.

DIK, S. C. *The Ttheory of Functional Grammar*. Part 1. Dordrecht: Foris Publications, 1989.

DIK, S. C. The semantics of conditionals. In: NUYTS, J., BOLKESTEIN, A. M., VET, C. (Eds.) *Layers and Levels of Representation in Language Theory*: a functional view. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990, p. 233-261.

DIK, S. C. et al. The hierarchical structure of the clause and the typology of abverbial satellites. In: NUYTS, J., BOLKESTEIN, A. M., VET, C. (Eds.) *Layers and levels of representation in language theory*: a functional view. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990, p. 25-70.

DIK, S. C. *The Theory of Functional Grammar*. Part 2. Berlin: Walter de Gruyter, 1997.

FERREIRA, A. B. F. *A variação posicional das orações condicionais*: uma análise funcional-discursiva. Rio de Janeiro, 1997. 138f. Dissertação (Mestrado em Letras: Língua Portuguesa) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica.

FILLENBAUN, S. The use of conditionals in inducements and deterrents. In: TRAUGOTT, E. C. et al. (Eds.) *On Conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 179-195.

FORD, C. E., THOMPSON, S. A. Conditionals in discourse: a text based study. In: TRAUGOTT, E. C. et al. (Eds.) *On Conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 353-372.

FORD, C. E., Speaking conditionally: some contexts for if-clauses in conversation. In: ATHANASIADOU, A. et al. *On Conditionals again*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1997, p. 387-413.

FRASER, B. Perspectives on Politeness. *Journal of Pragmatics*, v. 14, p.129-236, 1990.

FRASER, B.; NOLEN, W. The Association of Deference with the Linguistic Form. *International Journal of the Sociology of Language*, v. 27, p. 93-109, 1981.

GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

GIVON, T. Irrealis and the subjunctive. *Studies in Language*, v. 18, p.265-337, 1994.

GONÇALVES, S.C.L. *Gramaticalização, modalização epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil.* Campinas, 2003, 250f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.

GRICE, H. P. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. (Org.) *Fundamentos Metodológicos da Lingüística*, v. 4, Campinas, Unicamp, 1982, p.81-103.

GRYNER, H. Graus de vinculação nas cláusulas condicionais. *Cadernos de estudos lingüísticos*, v. 28, p. 69-83, 1995.

GUMPERZ, J.J. Preface. In: BROWN, P.; LEVINSON, S. C. *Politeness: Some Universals in Language Usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. xii.

HAIMAN, J. Conditionals are topics. *Language*, n. 54, p. 564-589, 1978.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward, Arnold Publishers, 1985.

HIRATA, F. B. M. *A hipotaxe adverbial condicional no português escrito contemporâneo do Brasil*. Araraquara, 1999, 231f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista.

HENGEVELD, K. *Non-verbal Predication. Theory, Typology, Diachrony*. New York: Mouton de Gruyter, 1992.

HENGEVELD, K. *The Architecture of a Functional Grammar*. 2000. (*mimeo*)

KOIKE, D. A. Requests and the role of deixis in politeness. *Journal of Pragmatics*, v. 13, p. 187-202, 1989.

KOIKE, D.A. *Language and Social Relationship in Brazilian Portuguese. The Pragmatics of Politeness*. Austin: The University of Texas Press, 1992.

LAKOFF, R. Politeness, pragmatics and performatives. In: *Proceedings of the Texas Conference on Performatives, Presuppositions, and Implicatures*. Washington D. C.: Center for Applied Linguistics, 1977, p. 79-106.

LEE, B.P.H. Mutual knowledge, background knowledge and shared beliefs: their roles in establishing common ground. *Journal of Pragmatics*. V. 33, 2001, p. 21-44.

LIAO, C.; BRESNAHAN, M. I. A contrastive pragmatic study on American English and Mandarin refusal strategies. *Language Sciences*. v. 18, 1996, p. 703-727.

LUFT, C. P. et al. *Novo manual de português*. (7 ed.) São Paulo: Globo, 1989.

MAO, L. R. Beyond politeness theory: 'Face' revisited and renewed. *Journal of Pragmatics*. v. 21, 1994, p. 451-486.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

MATHIESSEN, C., THOMPSON, S. A. The structure of discourse and subordination. In: HAIMAN, J., THOMPSON, S. A. (Eds.) *Clause Combining in Grammar and Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, p. 275-329, 1988.

NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997a.

NEVES, M. H. M. A modalidade. In: KOCH, I. G. V. (Org.) *Gramática do português falado*. Desenvolvimentos. v. VI. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1997b.

NEVES, M. H. M. As construções condicionais. In: NEVES, M. H. M. (Org.) *Gramática do português falado*. Novos Estudos. v. VII. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1999.

NWOYE, O. G. Linguistic politeness and socio-cultural variations of the notion of face. *Journal of Pragmatics.* v. 18, 1992, p. 309-328.

ROSA, M. *Marcadores de atenuação*. São Paulo: Contexto, 1992.

OLIVEIRA, T. P . *As estratégias discursivo- pragmáticas das orações condicionais no português do Brasil: polidez, ameaça e promessa.* Goiânia, 2002, 80p. Monografia (Bacharelado em Lingüística e Língua Portuguesa). Universidade Federal de Goiás.

TRAUGOTT, E. C. et al. (Eds.) *On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

VAN der AUWERA, J. Conditionals and speech acts. In: TRAUGGOT, E. C. et al. (Eds.) *On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 197-213.

WERTH, P. Conditionality as cognitive distance. In: ATHANASIADOU, A. et al. *On Conditionals again*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1997, p. 243-271.

unesp